

# TRANSPARÊNCIA

**IBRA**✓**CON**  
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

**Ibracon: quatro décadas  
a serviço da auditoria**

**40**✓  
**ANOS**

**1971 - 2011**





- 5 Viagem no tempo
- 6 Ibracon festeja 40 anos
- 9 Início promissor
- 14 Credibilidade e consolidação
- 16 Determinação e competência
- 18 Representatividade ampliada
- 20 Conjuntura difícil
- 22 Privatizações e abertura do mercado
- 24 Memória
- 31 Ênfase nas parcerias e convênios
- 33 Brasil entra em nova era
- 35 Auditoria ganha maior destaque
- 37 Campanha contra o rodízio
- 39 O início da convergência
- 41 Turbulência global
- 43 Estabilidade e crescimento
- 45 Esforço recompensado
- 47 Governança em foco
- 49 Perenidade e relevância



### **A Revista Transparência Ibracon**

é uma publicação trimestral do  
Ibracon – Instituto dos Auditores  
Independentes do Brasil  
Tiragem: 5 mil exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 8º e 9º and.  
CEP 01323-001  
Bela Vista, São Paulo, SP  
Tel/Fax: (11) 3372-1223  
www.ibracon.com.br  
revistatransparencia@ibracon.com.br

### **Conselho de Administração**

Adeildo Osório de Oliveira  
Ana Maria Elorrieta  
Antônio Carlos de Castro Palácios  
Arnaldo Marques Guimarães  
Fernando Dantas Alves Filho  
Guy Almeida Andrade  
Hildebrando Oliveira de Abreu  
Jorge Ribeiro dos Passos Rosa  
Juarez Lopes de Araújo  
Luiz Guilherme Frazão São Pedro  
Mário Vieira Lopes  
Paulo César Santana  
Pedro Augusto de Melo  
Ricardo Julio Rodil  
Sérgio Laurimar Fioravanti  
Sílvia Leitão de Castro e Silva  
Walter Arnaldo Andreoli

### **Diretoria Nacional**

Presidente  
Ana Maria Elorrieta  
Diretor Técnico  
Idésio da Silva Coelho Júnior  
Diretor de Administração e Finanças  
Danilo Siman Simões  
Diretor de Desenvolvimento Profissional  
Jorge Alberto da Cunha Moreira  
Diretor de Regionais  
Walter Dalsasso  
Diretor de Comunicação  
Adelino Dias Pinho

### **Superintendente**

Marco Aurelio Fuchida

### **Conselho Editorial**

André Luiz Bufoni  
Antonio Duarte Carvalho de Castro  
Heloisa Helena Montes  
Henrique José Fernandes Luz  
Iran Siqueira Lima  
Jorge Alberto da Cunha Moreira  
Juarez Lopes de Araújo  
Marco Aurelio Fuchida  
Paulo César Santana  
Paulo Roberto de Toledo

---

Editora responsável



Av. Paulista, 509, cj. 602  
01311-000 São Paulo SP  
Tel/Fax: (11) 3266-6088  
contato@libris.com.br  
www.libris.com.br

Jornalista Responsável  
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora  
Geralda Privatti

Reportagem  
Marcos Zeitoune, Paula Nunes e Sílvia Kochen



Projeto gráfico e diagramação  
AreaDesign - Wilma Temin

Fotografias  
Thinkstock

# Viagem no tempo



Esta edição de *Transparência Ibracon* é dedicada a uma comemoração muito especial: o aniversário de 40 anos do nosso Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Em uma viagem no tempo, ex-presidentes e ex-membros da Diretoria Nacional contam os desafios que enfrentaram em suas gestões e como, ano a ano, o Instituto superou dificuldades – as próprias e as criadas pelas circunstâncias econômicas e políticas do Brasil –, avançou e atingiu o atual *status* de entidade máxima de representatividade da auditoria independente no País.

Nossa história começa antes mesmo na fundação do Ibracon, em 13 de dezembro de 1971. O Ibracon veio inicialmente a dar visibilidade às atividades de auditoria independente e a ser um canal de contribuição para o desenvolvimento de normas de contabilidade, auditoria e regulação. Nesse contexto, desde a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade e auditoria, chegamos ao alinhamento com os padrões adotados em grande parte do mundo desenvolvido.

Essa retrospectiva de quatro décadas, traçada pelos profissionais que ajudaram a escrever a história do Ibracon, adquire um sabor especial e nos permite dimensionar o quanto avançamos. De nação em desenvolvimento, que começava a se organizar, para um País emergente, moderno, que atrai investimentos e conquista novas posições no xadrez geopolítico internacional. Deixamos de ser coadjuvantes e assumimos o papel de protagonistas no cenário global.

Assim como o Brasil, o Ibracon também cresceu, amadureceu, se consolidou como entidade nacional e expandiu sua esfera de atuação em parceria com os mais importantes organismos internacionais.

Espero que você aprecie a linha evolutiva traçada pelas reportagens desta edição especial. Aproveite a oportunidade para desejar a todos Feliz Natal e um 2012 de muita saúde e sucesso.

Uma boa leitura e boas festas,  
Ana Maria Elorrieta  
Presidente do Ibracon

# Ibracon festeja 40 anos



Fundado em 13 de dezembro de 1971, o Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil comemora 40 anos. Nessas quatro décadas, o Instituto foi personagem ativo na evolução e modernização das normas brasileiras de contabilidade e auditoria, no fortalecimento e expansão do mercado de capitais e no desenvolvimento sustentável do próprio País.

“A trajetória do Ibracon não pode ser desvinculada da história do mercado brasileiro. O Instituto participou da tomada de decisões essenciais para a reestruturação das

práticas contábeis e procedimentos de auditoria, respondendo às demandas do crescimento do Brasil”, diz Ana Maria Elorrieta, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon. Parte dessa história é contada nesta edição especial de *Transparência Ibracon*, em uma série de entrevistas com os ex-presidentes e membros da Diretoria Nacional que ajudaram a construir a entidade.

Uma data tão significativa merecia e recebeu comemorações à altura. Ao longo de 2011, o Ibracon promoveu uma série de eventos dedicados a marcar os 40 anos. “Decidimos comemorar em todos os níveis e desenhamos celebrações em várias

frentes: com eventos técnicos, culturais e sociais”, conta Ana Maria Elorrieta.

O calendário é, agora, fechado com chave de ouro: uma noite exclusiva no Teatro Municipal de São Paulo, para 1.300 convidados, no dia 13 de dezembro, com apresentação especial da ópera *O Morcego*, de Johann Strauss, com a Orquestra Sinfônica Municipal e o Coral Lírico. A ópera, com direção musical e regência de Abel Rocha, será precedida de um coquetel comemorativo no Salão dos Arcos. “Em celebração aos 40 anos, o Ibracon foi um dos apoiadores da restauração do Teatro Municipal,



dando início a atividades para estreitar nossos vínculos com a comunidade, bem como a iniciativas de sustentabilidade, responsabilidade social e cidadania", orgulha-se a presidente.

Os festejos tiveram início em abril, com o lançamento da nova logomarca do Ibracon. "Buscamos com essa mudança identificar na nossa marca o dinamismo, a modernidade

e o profissionalismo que refletem a atuação do Ibracon", diz Ana Maria Elorrieta. A marca, rejuvenescida, expressa os principais pilares da entidade: ética, transparência, excelência, independência, integridade, liderança e referência. "Além de rejuvenescer nossa imagem, a intenção era refletir o papel que desempenhamos na história: o Ibracon é uma referência em contabilidade e auditoria independente no Brasil", acrescenta a presidente.



# 40 ANOS



Junto com a nova marca, o Instituto também lançou a revista *Transparência Ibracon*, porta-voz oficial da entidade. "A revista é um dos elementos de um arrojado plano de fortalecimento institucional, elaborado para realçar a relevância da atividade de auditoria independente e do Ibracon como prestador de serviços essenciais e agente do aprimoramento do ambiente de negócios no País", conta Ana Maria Elorrieta.

A revista *Transparência Ibracon* nasceu para colaborar

com a missão do Instituto na difusão do conhecimento, debate de ideias e promoção das boas práticas de governança no Brasil. "A revista veio para dar maior visibilidade à atuação do Ibracon e levar o ponto de vista do Instituto sobre questões de interesse nacional e setorial a um grande contingente de líderes empresariais e formadores de opinião", avalia a presidente.

Outra iniciativa inédita marcando os 40 anos foi o lançamento dos Prêmios Transparência, um de jornalismo e outro universitário, voltado a estudantes de contabilidade.

# Encontro internacional

O calendário comemorativo também incluiu a Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente – Ibracon 40 Anos, realizada em junho, com o apoio do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). “Pela primeira

vez, nossa conferência anual trouxe palestrantes estrangeiros ligados às principais entidades internacionais”, lembra Ana María Elorrieta.

O encontro foi prestigiado por Arnold Schilder e Amaro Gomes. Schilder, presidente do International

Auditing and Assurance Standards Board (laasb), abriu as apresentações do primeiro dia da conferência falando sobre a adoção, pelo Brasil, das normas internacionais de auditoria (International Standards on Auditing – ISA). Amaro Gomes, do International Accounting Standards Board (Iasb), organismo independente com sede em Londres, responsável pela emissão de normas contábeis, elogiou a convergência brasileira às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS).

“Além do elevado nível técnico dos debates e palestras, a conferência dos 40 anos foi inovadora. Adotamos um modelo mais interativo e dinâmico, para que os participantes pudessem aproveitar ao máximo a oportunidade de discutir os assuntos mais importantes da profissão”, lembra a presidente do Ibracon. E ela adianta: a partir de agora, o Instituto vai investir muito mais em eventos desse porte, visando a contribuir para a formação continuada dos profissionais e disponibilizando mais ferramentas e informações para manter a excelência do trabalho dos auditores independentes. O objetivo é aproximar os profissionais e auxiliá-los em sua capacitação para que atuem cada vez melhor no mercado. ✓



Encerramento da conferência: Fernando Carneiro da Motta, Cláudio Avelino Mac-Knight Filippi, Domingos Orestes Chiomento, Juarez Domingues Carneiro, Ana María Elorrieta, Almir da Silva Mota, Amador Rodriguez, Guy Almeida Andrade, Victor Domingos Galloro e Amaro Gomes

# Início promissor

Em 13 de dezembro de 1971, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) dá início a seus trabalhos em São Paulo em cerimônia na sede do Sindicato dos Contabilistas. Em pé, da esquerda para a direita: Francisco de Lucca Netto, Luiz Bertasi Filho, José Pedro de Mattos, Adauto César de Castro, Antonio Venício Fellin, Francisco Rodrigues Dias e Vinício Martins Presti. Sentados, da esquerda para a direita: José Rojo Alonso, Sérgio Approbato Machado, Giuseppe Nazareno Maiolino, Roberto Dreyfuss, Gilson Miguel de Bessa Menezes, Paulo Adolpho Santi e Sérgio de Iudicibus



Na década de 1950, a economia brasileira ganhou um novo impulso com o projeto de desenvolvimento do presidente Juscelino Kubitschek. O vigor da economia traduziu-se em um mercado de capitais fortalecido, com um grande número de empresas de capital aberto. A necessidade de promover o aperfeiçoamento das informações contábeis surgiu logo a seguir, em decorrência do próprio processo de desenvolvimento.

Os auditores exerciam atividades dispersas, sem um sentido de unidade nem padrões técnicos nacionalmente definidos. As empresas estrangeiras que se instalavam no Brasil adotavam

as práticas contábeis seguidas em suas matrizes e adaptadas às exigências legais do nosso país. Nos pareceres de auditoria de então constava sempre o enunciado "de acordo com os princípios de contabilidade internacionalmente aceitos" ou "de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceitos", evidenciando, assim, a falta de normas brasileiras específicas. Foi nesse contexto que alguns pioneiros começaram a defender a regulamentação da auditoria e a normatização das práticas contábeis no País.

O ambiente favoreceu o nascimento de entidades para representar os

auditores, entre elas o Instituto dos Contadores Públicos de São Paulo (ICPSP), criado em 26 de março de 1957, que depois se transformaria no Instituto dos Contadores Públicos do Brasil (ICPB), e o Instituto Brasileiro de Auditores Independentes (Ibai), criado em 2 de janeiro de 1968, no Rio de Janeiro. Na época, o Banco Central (BC) tinha a seu encargo o controle e regulamentação do mercado de capitais – a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) só seria fundada em 7 de dezembro de 1976. "Não raro, as entidades iam ao BC defender propostas antagônicas para a normatização das atividades de auditoria. Além de reunir a

## Primeira entidade nacional de auditores, o Ibracon conquistou credibilidade e reconhecimento ao longo de quatro décadas de serviços prestados ao mercado nacional

categoria apenas em caráter local, elas frequentemente tinham visões e posicionamentos diferenciados sobre os princípios que deveriam nortear a auditoria no Brasil", conta Gilson Miguel de Bessa Menezes, que foi vice-presidente e presidente do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.

A partir de 1968, a economia nacional experimentou um crescimento sem precedentes, com taxas anuais das mais elevadas em comparação aos níveis internacionais, o que foi denominado como "milagre brasileiro". O ambiente favorecia a abertura de novas empresas e estimulava as negociações nas Bolsas de Valores, principalmente as do Rio de Janeiro e de São Paulo. Havia uma euforia pelos resultados financeiros e especulação crescente, o que levou o BC a emitir naquele ano a Resolução nº 88, que disciplinou o registro de empresas no mercado de capitais e impôs a obrigatoriedade da auditoria independente, visando a garantir maior segurança aos investidores.

Mas persistia a dificuldade de avaliar corretamente as empresas pela ausência de padronização dos procedimentos técnicos. Até que o BC,



Gilson Miguel de Bessa Menezes, presidente nas gestões 1978/1982

na figura de Francisco De Boni Neto, diretor de Mercado de Capitais, e Evaristo Confort, gerente de Mercado de Capitais, se empenhou na busca do diálogo entre as entidades para promover a qualidade da auditoria no País, tarefa que também contou com a colaboração do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das Bolsas de Valores, responsáveis pelos pregões de papéis das companhias abertas no País.

Em 13 de dezembro de 1971, uma reunião histórica na sede do Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro criou o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB), a partir da fusão de quatro entidades: o Ibai, o ICPB, o Instituto dos Contadores

e Auditores do Rio Grande do Sul (Icargs) e a Associação de Contadores da Guanabara (ACG). Estavam presentes, entre outros, Evaristo Confort, Emilio Bacchi, Alberto Almada Rodrigues, Gilson Miguel de Bessa Menezes e Roberto Dreyfuss. Este último, que então presidia o ICPB, foi eleito o primeiro presidente do IAIB, mais tarde rebatizado como Ibracon. Nascia, assim, uma entidade que ao longo de 40 anos conquistou credibilidade e reconhecimento na sociedade brasileira.

# Primeiro grande desafio

Ao assumir a presidência do recém-criado Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB), na primeira de suas duas gestões, Roberto Dreyfuss tinha uma tarefa gigantesca. "O principal desafio era fazer com que a entidade passasse a existir de fato para cumprir sua meta de normatizar os procedimentos de auditoria no Brasil e valorizar os profissionais da área. Dreyfuss e sua equipe passaram a viajar pelo País para promover um debate nacional sobre auditoria e, assim, colocar em evidência o nome do Instituto", conta Bessa Menezes.

Depois de um período de euforia e valorização, os preços dos papéis negociados nas Bolsas de Valores entraram em queda acentuada no início de 1972. Era preciso recuperar a confiança dos investidores e da sociedade para que o mercado de valores voltasse a se fortalecer e impulsionar o desenvolvimento econômico nacional. A auditoria externa teria um papel fundamental nessa missão. Naquele ano, algumas normas emitidas pelo Banco Central (BC) deram um impulso adicional ao debate que o IAIB estava iniciando, pois estabeleceram a obrigatoriedade de auditoria em sociedades com ações negociadas em Bolsas de Valores e em instituições financeiras, além de normatizar o registro de auditores.

"Nós nos desdobrávamos para realizar reuniões nos mais diversos pontos do Brasil, em sistema de rodízio, com o intuito de valorizar os profissionais locais e dar prestígio nacional ao IAIB", recorda Bessa

Menezes, que foi vice-presidente da entidade nas duas gestões de Dreyfuss (1972/1974 e 1974/1976). Nesses encontros, eram discutidas as mais diversas questões técnicas relativas a procedimentos de auditoria, entre as quais como deveria ser elaborado o parecer.

"Foi a primeira vez que houve um debate nacional sobre essas questões", acrescenta Bessa Menezes.

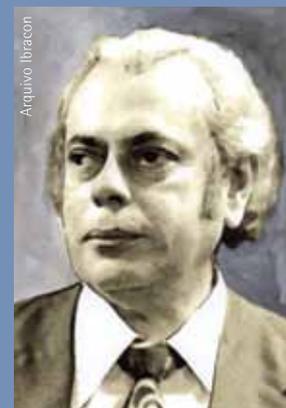
Para alcançar abrangência nacional, o IAIB começou com cinco representações regionais: Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Fortaleza (hoje elas são sete, com novas representações sediadas em Salvador e em Recife). Essas regionais organizavam os encontros locais, engajando os auditores em um debate tão fundamental para a profissão. Emílio Bacchi, vice-presidente para Assuntos Internos do IAIB no início da entidade, teve um papel destacado nessa tarefa.

O primeiro estatuto exigia que, para integrar o quadro de associados do IAIB, era preciso exercer a atividade de auditor. Assim, o Instituto registrou praticamente todos os profissionais de auditoria que atuavam na área naquela época. "Podemos considerar que foi a partir desse momento que a profissão de auditor começou a existir no Brasil", avalia Bessa Menezes.

Com a criação do IAIB, os auditores



Roberto Dreyfuss, presidente nas gestões 1971/1976



Alberto Almada Rodrigues, presidente na gestão 1977/1978

brasileiros puderam também ter voz em eventos internacionais, uma vez que, até então, as entidades locais não representavam os profissionais de todo o território nacional. Ao fim da gestão de Dreyfuss, o Instituto havia superado seus maiores desafios: dar um sentido nacional à entidade e estabelecer as primeiras normas de auditoria no Brasil. Ele foi reeleito para o segundo e último mandato.

Em 1975, o IAIB enviou ao BC um documento com sugestões para a formatação da Lei nº 6.404, conhecida como a Nova Lei das Sociedades Anônimas, que estabeleceu novo ordenamento jurídico para o funcionamento das sociedades por ações, delimitando os parâmetros de relacionamento entre os acionistas controladores e minoritários, normas de funcionamento dos órgãos societários, normas contábeis e divulgação de informações.

Na época, o Instituto também iniciou conversações com representantes do Governo que resultaram na Lei nº 6.385, que criou a

Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a agência brasileira de regulação e fiscalização do mercado nacional de valores mobiliários, em 7 de dezembro de 1976. A lei determinou que somente auditores independentes registrados na CVM poderiam auditar demonstrações contábeis de companhias abertas e das demais participantes do mercado de valores mobiliários, além de estabelecer a responsabilidade dos profissionais envolvidos nas auditorias.

O papel do IAIB nas novas normas foi fundamental. A entidade ajudou a preparar o arcabouço técnico das normas analisadas e adotadas pela CVM, harmonizando as relações

entre os auditores, o mercado e as empresas de capital aberto. Ficou estabelecido que a CVM fiscalizaria as companhias abertas e também o trabalho dos auditores.

Alberto Almada Rodrigues, gaúcho radicado no Rio de Janeiro e professor universitário de renome na área de contabilidade, sucedeu a Dreyfuss na Diretoria Nacional do Instituto. Sua gestão, de 1976 a 1978, deu sequência ao intenso trabalho iniciado pelo antecessor, mas enfrentou obstáculos de ordem financeira. "Por uma série de circunstâncias, não foi possível avançar muito. Tivemos grandes dificuldades financeiras,

o que prejudicou sobremaneira a representação internacional da entidade, apesar dos esforços empreendidos pelo professor Almada Rodrigues", conta Bessa Menezes, que à época exercia seu terceiro mandato no IAIB, então como vice-presidente de Assuntos Internos.

No cenário global, nascia a Federação Internacional de Contadores (Ifac, a sigla do nome em inglês International Federation of Accountants). A entidade foi fundada em 1977, durante o 11º Congresso Mundial de Contadores, realizado na Alemanha. Estavam presentes 63 delegações nacionais, incluindo a representação do IAIB.

# Princípios nacionais de contabilidade

Ao assumir a presidência do IAIB em janeiro de 1978, Gilson Miguel de Bessa Menezes levantou o déficit existente e pediu contribuições extras. Todas as firmas de auditoria procuradas, pequenas e grandes, ajudaram e o IAIB conseguiu superar as dificuldades.

"Na época, havia grande necessidade de elaborar normas nacionais, pois as existentes em outros países não davam conta da realidade brasileira", conta Bessa Menezes. O IAIB formou uma comissão encarregada de formular os primeiros princípios de contabilidade a serem adotados no Brasil, tarefa urgente uma vez que



Gilson Miguel de Bessa Menezes, presidente nas gestões 1978/1982

a inflação, a correção monetária (situações inexistentes na maioria de outros países) e os incentivos fiscais no mercado de ações afetavam os balanços.

Para estimular o mercado de capitais, a Lei nº 157, de 1967, permitia a dedução de 12% do Imposto de Renda a pagar se o valor fosse destinado a investimentos no mercado de capitais. "A medida resultou em uma captação muito grande de recursos em valores mobiliários, mas não havia papéis suficientes para atender à demanda, o que impedia uma correta avaliação do valor das empresas", narra o ex-presidente. A elaboração dos Princípios Nacionais de Contabilidade

era, portanto, um grande desafio para o Instituto, que ultrapassou as duas gestões de Bessa Menezes. "A auditoria brasileira seguia princípios que seus profissionais tinham por formação, mas nada que fosse padronizado. As orientações do IAIB, que era uma entidade essencialmente técnica, eram reconhecidas pela classe dos auditores, mas não dispunham de respaldo legal", lembra o ex-presidente.

Na gestão seguinte (1980-1982), para a qual Bessa Menezes foi reeleito, o IAIB começou a enfrentar uma certa divergência decorrente da questão: contadores que não atuavam com auditoria deveriam, ou poderiam, participar da entidade? O tema

provocava intenso debate. A auditoria é uma atividade especializada exercida por contadores, mas nem todos os contadores trabalham com auditoria. "Também precisávamos ampliar o número de associados. Agregando mais profissionais teríamos mais força", conta Bessa Menezes.

Uma vez que o Instituto estava estruturado apenas para atuar em questões técnicas de auditoria, a proposta de acolher todos os contadores levou à sugestão de se criar câmaras especializadas em questões de contabilidade. Essas e outras alterações que mobilizaram o Instituto foram definidas na assembleia realizada no primeiro dia da gestão seguinte.

# Tecnologia

Bessa Menezes também relembra a grande evolução no uso de novas tecnologias no setor de contabilidade e auditoria. "No início do século XX, somente sociedades com participação de capital internacional, empresas de eletricidade, telefonia e outros serviços públicos, bem como grandes grupos nacionais, contratavam auditoria no Brasil. A prática, inicialmente denominada de revisão contábil, normalmente se limitava ao exame dos registros contábeis e obrigações legais. Havia praticamente um livro diário feito a mão e um conseqüente livro razão.

À medida que os sistemas de registro contábil evoluíam, surgiram as fichas tríplices, formulários em três vias: uma para o livro diário, outra para a conta de débitos e a terceira para a de créditos. Nos anos

1960, surgiram as primeiras máquinas com códigos numéricos para indicar contas e lançamentos. "Com o tempo, aperfeiçoamentos permitiram que essas máquinas também trabalhassem com operações matemáticas, mecanizando o trabalho contábil e reduzindo a margem de erros humanos", lembra Bessa Menezes. Nos anos 70, surgiram os computadores – então, máquinas de grande porte, chamadas de 'cérebros eletrônicos'. "Comparados aos padrões atuais, não passavam de máquinas rudimentares, que recebiam dados apenas por meio de fitas ou cartões perfurados. Somente grandes empresas tinham acesso a eles", conta.

As grandes companhias tinham um batalhão de contadores – pelo menos um para cada filial – porque o registro das informações era feito no local

e depois consolidado na matriz. Era costume realizar reuniões anuais com os contadores da empresa. "Nessa época, os auditores checavam informações desde a origem até o final da escrita contábil e, por isso, as empresas de auditoria costumavam também ter muitas filiais para atender os clientes em vários lugares", recorda Bessa Menezes. Com os computadores foi possível a transmissão imediata de dados de forma centralizada na matriz. O campo de trabalho se reduziu, mas cresceu a exigência por qualidade técnica.

A auditoria acompanhou essa evolução e agregou valor às demonstrações financeiras. Hoje, a principal tarefa do auditor não é dizer se os números estão corretos ou não, mas auxiliar o cliente na análise de seus resultados. ✓

# Credibilidade e consolidação

40 ANOS

Foi na gestão de José Rojo Alonso, de 1982 a 1984, que o Ibracon ganhou a denominação pela qual é conhecido até hoje. No dia seguinte à posse da nova gestão, em 1º de julho de 1982, o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IAIB) passou a se chamar Instituto Brasileiro dos Contadores (Ibracon). A credibilidade do nome se consolidou de tal forma nos anos seguintes que a sigla Ibracon foi mantida quando, em 2001, a entidade foi rebatizada como Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que é o seu nome oficial hoje.

A mudança de nome não foi gratuita. O IAIB já havia, ao longo de sua trajetória, ampliado sua base de atuação para além dos profissionais de auditoria. "Em espanhol, o termo que designa o profissional de contabilidade é 'contador público' porque o trabalho tem fé pública, mas no Brasil a denominação poderia dar a falsa ideia de que o Instituto reuniria apenas profissionais com atuação no setor

governamental", explica Alonso.

A intenção era fortalecer o Instituto ampliando sua abrangência, inclusive aceitando a adesão de estudantes de Ciências Contábeis. Na época, houve um intenso debate, com argumentações pró e contra. "Alguns acharam que o maior número de associados fortaleceria o Instituto. Outros contestavam, alegando que perderíamos o foco. Prevaleceu o ponto de vista favorável à mudança de nome e à abertura do quadro associativo para contadores das várias áreas de atuação", relembra o ex-presidente. Assim, a mudança do nome foi seguida, em 1º de julho de 1983, pela abertura da estrutura do Ibracon para o ingresso de contadores de várias especializações.

Na gestão de Alonso, o Ibracon também buscou abrir canais de diálogo com as mais variadas entidades ligadas às práticas de contabilidade e de auditoria. O Instituto iniciou uma importante aproximação com o Conselho Federal de Contabilidade

(CFC) – que até aquele tempo tinha como papel fundamental registrar e fiscalizar contabilistas –, com o Banco Central (BC) e com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), entre outras entidades nacionais. "No caso da CVM e do BC o entrosamento foi facilitado por associados do Instituto que ocupavam posições de destaque nessas instituições. A CVM, por exemplo, tinha o contador Álvaro Ayres Couto no cargo de superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria", diz Alonso.

Um dos principais frutos dessa iniciativa foi um convênio de cooperação técnica entre o Ibracon e o CFC, em 1982. "Eu já tinha um excelente relacionamento com o então presidente do CFC, o gaúcho João Verner Juenemann, que, inclusive, compareceu à primeira reunião da nova gestão. Nós vínhamos cogitando há algum tempo de um convênio entre as duas entidades", recorda Alonso. Ele conta que o CFC estava elaborando informalmente



José Rojo Alonso, presidente na gestão 1982/1984

normas técnicas sobre o exercício da contabilidade e da auditoria e passou a ouvir a posição do Ibracon sobre tais assuntos. O Conselho passou também a apoiar financeiramente a participação do Ibracon em grandes eventos internacionais. "A partir daí, o Brasil começou a enviar grandes delegações a encontros destinados a debates técnicos", narra o ex-presidente.

No cenário externo, intensificou-se o intercâmbio com a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e com a Federação Internacional de Contadores (em inglês, International Federation of Accountants - Ifac). "Antes, o Brasil tinha apenas seis ou sete representantes em eventos importantes, como a Conferência Interamericana de Contabilidade, enquanto o México e a Argentina

costumavam enviar delegações com até cem pessoas", lembra Alonso. Graças, em parte, ao apoio do CFC, o Brasil contou com uma delegação significativa no XII Congresso Internacional de Contadores, realizado pela Ifac na Cidade do México, em outubro de 1982.

## **Expansão da base de atuação e fortalecimento do Instituto deram origem ao novo nome: Ibracon**

Também durante a gestão de Alonso, Roberto Dreyfuss, primeiro presidente do IAIB, que ocupou o cargo até 1976, foi reeleito para a diretoria da Ifac. "Foi um feito muito importante, pois o Brasil, então, era um país de Terceiro

Mundo e tinha muita dificuldade de obter cargos relevantes em órgãos internacionais", conta Alonso.

O empenho no intercâmbio com outros países foi tal que o Ibracon conseguiu trazer para o Brasil a XV Conferência Interamericana de Contabilidade, realizada no Rio de Janeiro, em setembro de 1983. Alonso fora eleito presidente do Comitê de Ética e Exercício Profissional da AIC, sendo o primeiro brasileiro a presidir um comitê da entidade. Seu suplente, Sérgio Aprobato Machado, obteve o cargo na gestão seguinte.

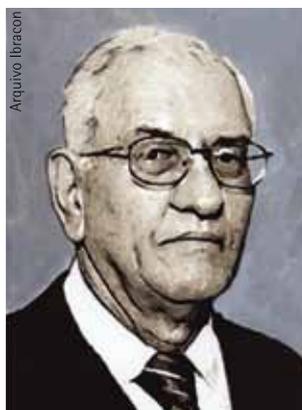
A conferência foi um evento significativo, que permitiu a troca de informações entre centenas de profissionais de todo o continente, ajudando a construir as bases das normas de auditoria adotadas por vários países. Além do aprimoramento técnico, a realização da XV Conferência Interamericana de Contabilidade permitiu que o Ibracon conseguisse meios para uma de suas maiores conquistas. "Com o superávit do evento, que obteve excelente arrecadação, o Ibracon pôde comprar sua primeira sede própria, o que foi feito na gestão seguinte", conta Alonso. A aquisição do imóvel, no Centro de São Paulo, foi muito importante. "O Ibracon teve condições de se concentrar

em sua tarefa primordial, de promover o aprimoramento técnico e profissional da categoria, em vez de gastar energia na busca de meios para fechar as contas e pagar o aluguel e demais despesas", conclui o ex-presidente José Rojo Alonso. ✓

# Determinação e competência

40 ANOS

**N**os primeiros anos da segunda década de existência do Ibracon, havia muito pouco material técnico disponível para os profissionais de contabilidade e auditoria no Brasil. As normas seguidas no País eram baseadas nas adotadas nos Estados Unidos. “As práticas contábeis previstas na nossa lei societária baseavam-se no que chamamos US Gaap, aliás de muito bom nível. As normas de auditoria também seguiam orientação internacional. As normas adotadas aqui eram extremamente resumidas, o que dificultava sua aplicação prática”, recorda Ernesto Rubens Gelbcke, vice-presidente do Ibracon na gestão de José Ismar da Fonseca na presidência da Diretoria Nacional, de 1984 a 1986. “Por conta disso, Ismar da Fonseca liderou com determinação e competência a Diretoria do Ibracon, para desenvolver as normas e procedimentos de contabilidade e de auditoria, sempre procurando atuar de



**José Ismar da Fonseca,**  
presidente na gestão 1984/1986

forma coordenada com os órgãos reguladores”, acrescenta Gelbcke.

Segundo ele, na década de 1980 o Brasil apresentava um cenário de profunda reformulação na sociedade e nos negócios, com maior internacionalização e um processo de abertura democrática com muitos reflexos nas áreas profissionais. “Essa década se caracterizou pelas taxas de inflação crescentes e descontroladas, que distorciam as informações contábeis, requerendo soluções técnicas inovadoras como

a correção integral e outras”, afirma. “Desde então, o Brasil evoluiu tremendamente e as áreas de contabilidade e de auditoria acompanharam este crescimento. Na época o mercado era dominado pelas oito maiores empresas de auditoria, denominadas *big eights*. Hoje, as grandes são apenas quatro, o que é motivo de preocupação”, explica.

Ele conta também que não havia consenso e processo de discussão entre as empresas do setor, visando um ponto de convergência. “Cada um tinha a sua opinião ou interpretação para os problemas da profissão, havendo total independência, mas também certas divergências que podiam confundir o mercado”, conta. “O Ibracon começou a reunir as empresas para discutir os assuntos técnicos e criou grupos de trabalho para buscar um entendimento. Pouco a pouco, as normas foram sendo uniformizadas, até chegarmos a um ponto comum em que as empresas não emitiam mais pareceres que



Ernesto Rubens Gelbcke, vice-presidente na gestão 1984/1986

contrariassem as normas do Ibracon. Isso vigora hoje, com bastante naturalidade”, diz.

Gelbcke, que iniciou carreira em uma das *big eight* e dava aulas na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP), participou do grupo de professores que elaborou, em 1978, o primeiro Manual de Contabilidade após a promulgação da Lei das S/A, em 1976. “Rapidamente, o manual se transformou em um livro de referência para o trabalho dos contadores e para os estudantes. O material adquiriu grande relevância pela sua profundidade e constante atualização ao longo dos anos”, conta o vice-presidente. Hoje, o Brasil segue de maneira exemplar e integral os padrões internacionais de contabilidade e de auditoria.

Ele também recorda que, na ocasião,

o mercado enfrentou uma série de novos desafios, principalmente por conta da Lei das S/A de 1976. “Ela representou uma evolução enorme para o País, mas, ao longo dos anos seguintes muitas adaptações requeridas na contabilidade não puderam ser adotadas. De fato, com o crescimento e modernização do mercado, ela se transformaria em um fator limitador para a contabilidade. Isso porque qualquer mudança dependia da modificação da lei. O mercado mudava, crescia, a contabilidade nos outros países também evoluía, mas a nossa lei permanecia estática”, relembra.

Gelbcke também atribui papel de destaque à criação da Comissão Consultiva da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por congregar representantes de todos setores relevantes interessados na evolução

## Ibracon lidera debates para desenvolver as normas e procedimentos de contabilidade e auditoria

da contabilidade, da auditoria e do mercado de capitais. O vice-presidente avalia que a formação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em 2006, foi resultado direto da evolução natural desse grupo.

Para ele, o mercado brasileiro tem muito espaço para crescer. Gelbcke explica que a auditoria no Brasil ainda é muito limitada. “Ela se restringe basicamente às companhias de capital aberto, às multinacionais, por conta do tamanho, e aos bancos, por exigência do Banco Central. Em outros países, a importância proporcional da auditoria na economia é muito maior”, esclarece, acrescentando: “Falta ampliar a auditoria nas empresas em geral e na área governamental”.

Aos estudantes de Ciências Contábeis, ele deixa o recado: “A profissão contábil no Brasil ainda tem muito a progredir, particularmente no campo da auditoria. Necessária ao bom funcionamento da economia e do mundo dos negócios, a auditoria independente oferece ao estudante de Ciências Contábeis um futuro altamente promissor”, conclui Gelbcke. De fato, em uma economia cada vez mais globalizada e dinâmica, os profissionais de auditoria independente exercem um papel de grande relevância. ✓

# Representatividade ampliada

40 ANOS

O biênio 1986/1988 revelou-se bastante desafiador e produtivo para o Ibracon. Foram anos de efervescência no cenário econômico que, assim como impuseram sérios desafios ao setor, também proporcionaram desenvolvimento e amadurecimento. “Houve muitos avanços. Um dos mais expressivos foi na área de auditoria independente. Passamos a ter um padrão contábil brasileiro aplicável às companhias abertas com vistas à divulgação adequada das informações. Damos passos decisivos”, recorda Osmar Schwacke, presidente da Diretoria Nacional de 1986 a 1988.

Em 1987 o Instituto publicou o livro *Princípios Contábeis – Normas e Procedimentos de Auditoria*, com os pronunciamentos emitidos até então, e a tradução dos pronunciamentos da International Federation of Accountants (Ifac) e do International Accounting Standards Committee (Iasc). “Essa foi a primeira publicação que sistematizou todos os pronunciamentos do Ibracon até

## Plano de trabalho bem-sucedido teve como meta aumentar número de associados, com a ampliação da base de atuação do Ibracon

aquela época”, esclarece Schwacke.

Ele recorda que, antes de assumir a direção do Instituto, “mas já sabendo que iria concorrer ao cargo”, elaborou um plano de trabalho que, depois da eleição, foi aprovado em reunião da Nacional. Detalhado e abrangente, o planejamento foi implantado em sua gestão e continuado pelos presidentes que o sucederam.

“O plano especificava os objetivos e metas a serem perseguidos no curso do tempo e os respectivos planos de ação a serem executados, segundo as suas diferentes atividades, de meio ou fim. Entre elas, aumentar o quadro social, buscando uma maior visibilidade e representatividade, o que provou ser mais difícil do que imaginado; colaborar na discussão e elaboração de pronunciamentos técnicos sobre princípios contábeis e

normas e procedimentos de auditoria; produzir material técnico visando o desenvolvimento profissional, entre outras metas”, conta Schwacke. O plano contribuiu para o crescimento do Ibracon ao longo dos anos.

Inicialmente restrito aos auditores, aos poucos o Instituto abriu suas portas para representantes de outros segmentos da profissão contábil e para estudantes de Ciências Contábeis”, relembra Schwacke. Ele recorda que desde o início dos debates para expandir a representatividade houve um natural questionamento sobre se o Ibracon deveria, como em muitos países, acolher todos os contadores. “Alguns avaliavam que a ampliação quantitativa ajudaria a fortalecer o Instituto. Outros temiam a perda do prestígio que o Ibracon já tinha conquistado. Uma das nossas intenções foi justamente conseguir atrair mais professores, estudantes,



Osmar Schwacke, presidente na gestão 1986/1988

auditores e contadores de grandes empresas", esclarece o ex-presidente.

Schwacke relembra as questões contábeis e de auditoria suscitadas pelos efeitos da inflação, refletidos nas demonstrações financeiras através da institucionalização da correção monetária. "O efeito dessa atualização do valor da moeda se refletia no resultado do exercício, depois da linha de resultado operacional, como um ganho ou uma perda, dependendo do que fosse a estrutura patrimonial da entidade. A forma de calcular e contabilizar a correção monetária induzia o leigo a entender que ela representava apenas uma atualização dos investimentos, quando, de fato, o seu significado era bem mais profundo. O objetivo principal da correção monetária era refletir, no resultado do exercício, os efeitos da perda do poder aquisitivo da moeda em relação aos ativos e passivos expostos à inflação", explica o ex-presidente.

A correção monetária havia sido introduzida em uma época de baixas taxas de inflação e perdeu eficácia em um cenário de hiperinflação, "principalmente

devido às distorções ocasionadas por ativos e passivos sujeitos aos efeitos da inflação e não corrigidos monetariamente, como estoques, resultados de exercícios futuros, etc", lembra. "O valor da moeda era muito volúvel. A comparação das cifras de diferentes exercícios gerava dificuldades de interpretação, podendo-se chegar, numa situação extrema, a questionar se de fato a empresa havia vendido mais ou se aquelas cifras representavam apenas a desvalorização da moeda", recorda Schwacke.

Na ocasião o Ibracon emitiu comunicados técnicos relativos à correção monetária integral e a CVM adotou como norma o posicionamento do Instituto. "Os balanços passaram a ser publicados na moeda da época lado a lado com as cifras ajustadas com base na correção monetária integral. Muitas empresas nacionais já usavam o dólar como indexador, para fins gerenciais, na busca de uma visão mais real e um melhor entendimento quanto ao desenvolvimento alcançado", conta.

Para Schwacke, a profissão passou por um período de grande evolução por conta das novas circunstâncias de mercado,

nacional e mundial. "Acho que tudo ficou mais difícil. Os riscos assumidos pelos auditores são maiores devido à velocidade com que se processam as transações financeiras, além de seu maior volume e complexidade. E também em razão da maior regulamentação. Se antes havia instabilidade, hoje o desafio é a globalização. O ambiente de trabalho é mais complexo e refinado. E o profissional precisa aprender a lidar com isso", analisa .

Ele acredita que os últimos 20 anos foram decisivos para o crescimento e a afirmação da profissão. O País se abriu para o mercado externo, as empresas brasileiras tornaram-se importantes *players* no mercado internacional. "As exigências são muito maiores do que na época em que a Bolsa de Valores só negociava ações de companhias nacionais", conclui Schwacke. Essa expansão, no entanto, trouxe uma nova preocupação para o Ibracon: a carência de mais profissionais qualificados. Para o ex-presidente, a solução é atrair jovens talentosos e desejosos de participar do desenvolvimento e afirmação da profissão, dando sequência aos investimentos em educação continuada. ✓

# Conjuntura difícil

40 ANOS

No final da década de 1980, o País vivia uma situação "desarrumada" no que dizia respeito à apresentação das demonstrações contábeis. "Apenas dois anos antes, em março de 1986, o governo do presidente José Sarney havia lançado o Plano Cruzado, cujo grande objetivo era o combate à inflação", relembra Luiz Carlos Vaini, presidente da Diretoria Nacional de 1988 a 1990. "Politicamente, duas grandes tarefas se impunham ao País: reconstruir a democracia e enfrentar a crise financeira."

"Havia todo um método de reconhecimento da inflação nos demonstrativos contábeis", diz Vaini. "A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) havia criado, em 1987, um mecanismo chamado correção monetária integral, que ajustava o risco com base no momento exato do poder aquisitivo da transação. Isso nada mais era que um fator de indexação. Ai veio o governo e decretou o fim da inflação. O problema é que a inflação não é um processo

político, mas econômico – administrado pelos meios produtivos e não por leis. Com isso, passou a existir uma discrepância de visões entre governo e mercado que perdurou por muitos anos", conta o ex-presidente do Ibracon.

Vaini recorda que a CVM passou a exigir uma apresentação de demonstrações contábeis diferente, o balanço financeiro de quatro colunas: o ano anterior e o corrente, pela correção integral, e as mesmas informações sob a ótica da legislação societária. "Com isso, os auditores tinham de fornecer dois tipos de pareceres diferentes", informa o ex-presidente. "Isso causou uma tremenda confusão no mercado. Os estrangeiros que queriam investir no Brasil não entendiam nada."

Vaini acredita que um dos maiores desafios da sua gestão decorreu da conjuntura do País. "Enfrentamos esse desencontro causado pelos aspectos políticos com a tentativa de controle da inflação e a apresentação fidedigna do patrimônio das empresas."

"O Ibracon era requisitado a se

manifestar sobre a situação por parte de empresários, profissionais da área e jornalistas, que buscavam informações", relembra Vaini. "A gente teve até de criar um mecanismo para atender a toda essa demanda. Nossa credibilidade nos colocava como formadores de opinião."

Neste período conturbado, o Instituto criou comissões que dialogavam com os órgãos regulatórios do governo e as entidades representativas do mercado. Já existia, com sucesso, a Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), mas o momento exigia a criação de novos grupos que agissem rapidamente, muitas vezes com reuniões diárias, elaborando normas técnicas que eram publicadas visando a orientação do mercado. "O Ibracon oferecia um padrão de informações para o usuário. Nossa intenção era que todos os profissionais auditores adotassem um padrão de comunicação para falar com o mercado", conta Vaini. "Aqui, cabe ressaltar que o Ibracon foi muito bem-



Luiz Carlos Vaini, presidente na gestão 1988/1990

sucedido graças à excelência de seus profissionais, que nunca desanimaram."

Ele recorda que a estrutura do Ibracon era bastante enxuta, com apenas três profissionais contratados – um secretário e duas assistentes –, que davam conta de todo o dia-a-dia. "Havia uma colaboração irrestrita das empresas de auditoria, que disponibilizavam seus profissionais por um período de tempo muito grande para se dedicarem ao Ibracon", diz. "Naquela época, eu e outros colegas chegávamos a dedicar 50% do nosso trabalho. Sem dúvida, foi um tempo em que as grandes empresas investiram muito esforço e dinheiro no Instituto."

Foi na gestão de Vaini que o Ibracon procedeu a uma mudança estatutária com finalidades administrativas. Em vez dos seis a oito vice-presidentes, o Instituto passou a ter apenas um presidente e alguns diretores. "Muitos dos vice-presidentes não tinham uma função específica. Criamos um programa de trabalho para que eles participassem mais ativamente e se sentissem mais úteis ao

Ibracon. A medida foi bem aceita e mais profissionais passaram a participar."

Na época, a auditoria era considerada mais nobre do que as demais atividades da contabilidade. "E os auditores sofriam um certo preconceito", conta Vaini.

"Tivemos de mudar isso fazendo com que os auditores participassem de congressos, convenções e comitês técnicos, visando a uma maior integração com os outros profissionais da contabilidade", lembra.

## **Inflação e planos econômicos criavam discrepâncias que atrapalhavam a elaboração das demonstrações financeiras**

Segundo ele, uma das formas encontradas foi a de viajar pelo País dando palestras. "Precisávamos divulgar o Ibracon, que era visto como um grupo pequeno, com pouca expressão política, e tinha uma aura de 'clube', ao qual poucos podiam se associar. Tentamos quebrar esse paradigma aglutinando inteligência

técnica à disposição da profissão. Sobretudo, não queríamos o isolamento."

Os diretores foram estimulados a participar de forma mais ativa no Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP) e no Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Outra medida importante foi a realização das reuniões da Diretoria Nacional em diversos Estados e não apenas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Bem como a abertura de espaços para a participação dos estudantes. "Foi uma estratégia pensada de olho no futuro. Muita gente que está no mercado hoje recebeu informações do Ibracon quando estudante", lembra o ex-presidente.

Para Luiz Carlos Vaini, uma das grandes vitórias do período esteve relacionada a um acontecimento político. "O Ivan Carlos Gatti era presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRC-RS) e decidi se candidatar à presidência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Na época, tínhamos uma dificuldade muito grande: produzíamos normas de alta qualidade técnica mas que não funcionavam como diretriz normativa para todos os profissionais", conta. "Com o nosso apoio, Gatti foi eleito e nos convidou a indicar

quatro pessoas para o Grupo das Normas Brasileiras de Contabilidade, criado por ele. Isso facilitou muito o nosso trabalho. Foi uma verdadeira revolução, porque muito do que se tem hoje foi conquistado a partir daquele momento. Para o Ibracon, significou a integração definitiva com o Conselho Federal de Contabilidade." ✓

# Privatizações e abertura do mercado

40 ANOS

**A**s profundas transformações na política econômica do Brasil a partir dos anos 1990 foram decisivas para que o País começasse a trilhar o caminho da estabilização, apesar dos percalços do pedido de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello. Primeiro governante escolhido em eleição direta após o fim da ditadura militar, Collor renunciou após apenas dois anos de mandato, em 1992. De qualquer forma, o início da nova década foi marcado por dois importantes movimentos: a intensificação das privatizações e a abertura do mercado brasileiro às importações.

"A abertura da economia iniciada por Collor deu um impulso muito grande também para as empresas de auditoria, que viram surgir novos clientes e geraram muitos trabalhos técnicos", lembra Elso Raimondi, que presidiu a Diretoria Nacional do Ibracon nesse período tão tumultuado da história brasileira, de 1990 a

1992. "Não só as empresas nacionais começaram a atuar no exterior como houve uma série de investimentos das multinacionais no País. Criou-se nas empresas brasileiras de maior porte um interesse mais palpável pela auditoria de seus balanços, mesmo quando não eram de capital aberto e a lei não as obrigava a isso. O Brasil se expandiu e muitas conquistas atuais são consequência de iniciativas daquela época", afirma Raimondi

Ele recorda que a redução das alíquotas de importação permitiu a entrada de grande variedade de bens de consumo no País. A medida obrigou as empresas nacionais a importar tecnologia para modernizar suas linhas de montagem. Muitas, no entanto, não conseguiram suportar a concorrência estrangeira. Segundo o BNDES, entre 1990 e 1995, a participação dos insumos e produtos importados na indústria passou de 6% para 15,6%.

Outra marca dos anos 1990 foi o avanço do programa de privatizações

em diversos setores – siderurgia, petroquímica, informática, serviços públicos, telecomunicações, eletricidade, transporte e saneamento. O Programa Nacional de Desestatização (PND) registrou, até o início dos anos 2000, a privatização de 65 empresas e a concessão de 58 serviços públicos. Pesquisas apontam a realização de 2.308 operações de fusão e aquisição na década de 1990, das quais 61% com recursos estrangeiros.

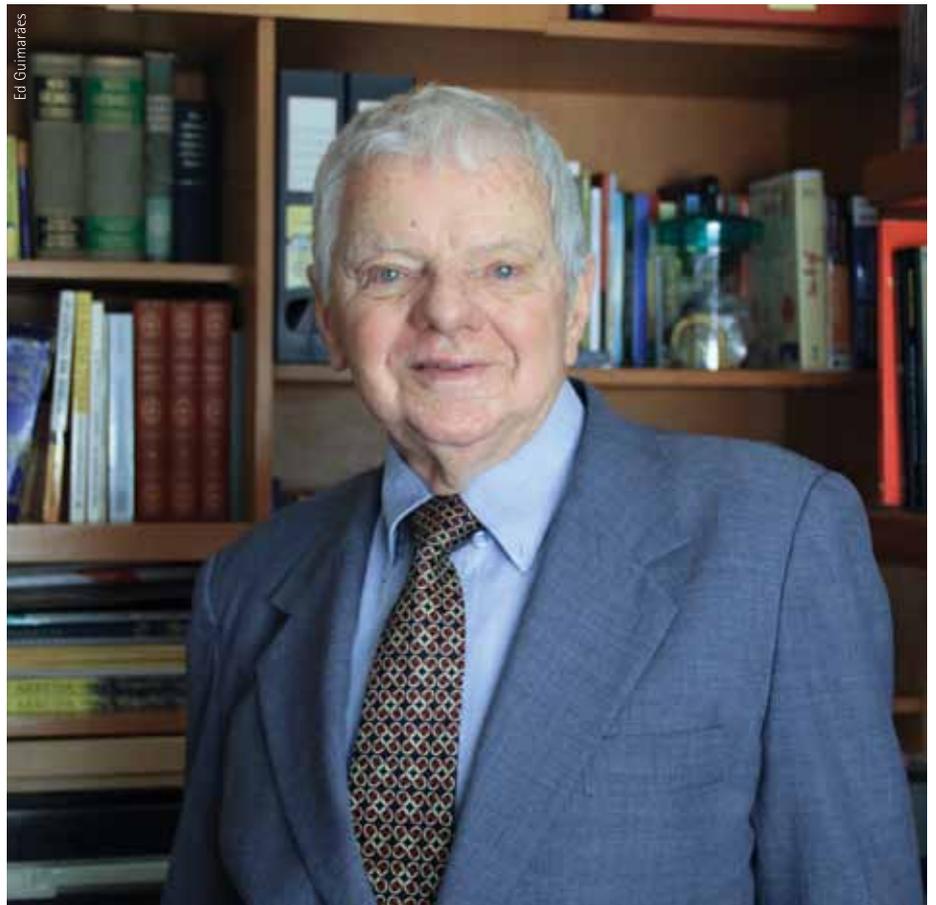
Infelizmente, o cenário político favorável sofreu uma súbita reversão, com as denúncias de corrupção feitas pelo irmão do presidente. Pedro Collor revelou um extenso esquema comandado pelo empresário Paulo César Farias, homem forte de Fernando Collor, o que veio a terminar no primeiro pedido de *impeachment* de um presidente da República. "Houve um momento inicial de grande euforia, com a abertura econômica, mas logo em seguida o governo Collor começou a desmoronar", relembra

## Apesar do tropeço político, com o pedido de impeachment do presidente Collor, o Brasil começa de maneira promissora a última década do século XX

Raimondi. "O Brasil perdeu toda a credibilidade no mercado internacional, dada a grande instabilidade política e econômica gerada pela renúncia de Collor. As empresas operavam em um ambiente de incerteza e a contabilidade continuava sendo muito afetada pela hiperinflação", conta.

Mesmo assim, Raimondi avalia que o biênio foi frutífero para o Ibracon e para as empresas do setor. "Tanto que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) criou uma taxa de fiscalização tentando coibir o surgimento de pequenas e médias auditorias. A medida foi muito impopular", relembra. Ele também recorda da eleição de Ivan Carlos Gatti para a presidência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com o apoio político do Ibracon. "Ele se prontificou a reforçar nossa parceria. Tivemos o início de um relacionamento muito intenso e harmonioso não só com o CFC como também com a CVM e o Banco Central. Na época, Taiki Hirashima era vice-presidente de Assuntos Técnicos do Ibracon e, junto com outros vices, conduziu trabalhos na área contábil e de auditoria com grande suporte de Gatti", diz o presidente.

Raimondi destaca o intenso trabalho do Ibracon em parceria com a CVM e



Elso Raimondi, presidente na gestão 1990/1992

o CFC para a melhoria da qualidade dos profissionais do setor. "No começo da década de 1990, visando a discutir os padrões contábeis adotados no Brasil, a CVM criou a Comissão Consultiva composta pelo Ibracon, por universidades, pelo CFC, pela Abrasca e outras entidades do mercado", conta. O ex-presidente explica que a CVM preza as diretrizes emitidas pelo Instituto em relação aos padrões de contabilidade das companhias abertas. "Isso é fruto de muitos anos de trabalho conjunto e harmônico. O Ibracon aprova um pronunciamento, que certamente passou pela discussão no Comitê de Normas Contábeis da CVM. O Instituto discute isso publicamente, edita uma regra, e a CVM a transforma em projeto de regulamento de adoção

obrigatória para companhias abertas, coloca-a em audiência pública e a aprova", explica.

Elso Raimondi recorda, com carinho, os primeiros anos do Ibracon. "Nossa primeira sede foi na rua Antonio de Godoy, no centro de São Paulo, antes de nos mudarmos para a Barão de Itapetininga, também na região central da Capital", conta. "O Ibracon começou a crescer mais de uns dez anos pra cá. No começo, havia muitas dificuldades financeiras. O Instituto nasceu sem muita importância política, mas foi conquistando credibilidade. Se hoje ele é uma potência, com uma estrutura profissionalizada, foi porque muita gente se dedicou voluntariamente ao longo desses 40 anos", conclui o ex-presidente. ✓



Memória 1971 – 2011

40 ANOS















# Ênfase nas parcerias e convênios

40 ANOS

No biênio 1992/1994, a Diretoria Nacional deu sequência ao planejamento elaborado na gestão de Osmar Schwacke. O plano era completo e abrangente, e sua execução contribuiria para o crescimento do Ibracon. “Na ocasião o Instituto tinha cerca de 1.200 associados, metade deles residentes em São Paulo. Tentávamos aumentar o quadro para ampliar as receitas necessárias para realizar as ações”, lembra Natal Julio De Luca, presidente do Instituto à época.

Os recursos financeiros eram escassos, uma vez que provinham praticamente das receitas arrecadadas com os associados. Desse montante, cerca de 20% era destinado para a Nacional e o restante custeava os gastos das Regionais. O Ibracon contava com apenas quatro funcionários. “Os pronunciamentos eram elaborados por associados que trabalhavam voluntariamente, em horários que deveriam ser consagrados ao convívio com a família ou ao lazer”, recorda De Luca.

Outra alternativa para incrementar as receitas foi a realização de parcerias. “Entre elas, há que se destacar os convênios firmados com o Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRC-SP) e com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC)”, lembra o ex-presidente. O objetivo era prestar apoio técnico a essas entidades e, em contrapartida, receber suporte financeiro.

O Ibracon – sediado então à rua Barão de Itapetininga, no centro de São Paulo – representava o Brasil em alguns organismos de contabilidade no exterior, enquanto o CFC ainda não participava dessas instituições de forma intensa. Especialmente importantes eram a Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e o International Accounting Standards Committee (IASC) – entidade que deu origem, em abril de 2001, ao International Accounting Standards Board (IASB).

“Era muito mais importante que o CFC fosse o representante brasileiro e não o Ibracon”, relembra De Luca.

“A partir daí, o Brasil ganhou maior exposição no cenário internacional, com mais profissionais participando. E desoneramos o Ibracon de contribuições associativas, que eram muito altas”, conta. A parceria com o CFC deu origem à Comissão para Assuntos Internacionais, composta por profissionais e voluntários do Ibracon, cujo objetivo era integrar o CFC aos organismos regulatórios internacionais.

O Instituto ministrava cursos no CRC-SP sobre temas relativos a auditoria e contabilidade. Posteriormente foram editados livros com o resumo desses cursos. “Havia uma pequena receita proveniente da venda dessas publicações e das normas que eram editadas à época”, informa De Luca.

O Ibracon também intensificou o relacionamento com os órgãos reguladores e consolidou parcerias, especialmente com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central (BC) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). A



Natal Julio De Luca, presidente na gestão 1992/1994

aproximação se deu graças aos contadores que participaram das diretorias destes órgãos, como Iran Siqueira Lima, Eliseu Martins, Sérgio Iudicibus e Nelson Carvalho. Contadores que apoiavam e ouviam os auditores. "Foi possível a construção de uma agenda a partir de um relacionamento que quebrou barreiras. Como consequência, quando uma minuta de norma era elaborada estes órgãos regulatórios solicitavam apreciação por parte do Ibracon. Hoje, o relacionamento está consolidado", diz o ex-presidente.

## **Maior aproximação com o mercado permitiu construção de uma agenda positiva que quebrou barreiras e elevou a credibilidade do Ibracon**

Outro fato que colaborou para estreitar relações com o mercado foi a instituição, no Brasil, de uma prática que já existia nos Estados Unidos: a revisão por auditores independentes, das informações contábeis trimestrais

que as empresas de capital aberto enviavam à CVM. Esse trabalho permitiu maior aproximação com a Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e a Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec), atual Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec).

No cenário econômico, o Brasil entrou em um grave processo inflacionário. "A estabilidade se deu apenas em 1994, no final da nossa gestão, com o Plano Real elaborado pela equipe do então ministro

da Fazenda Fernando Henrique Cardoso", lembra De Luca. Parte importante do trabalho dos profissionais era destinada ao entendimento do impacto da inflação, que havia alcançado o patamar mensal de 30% a 40%, nos demonstrativos

financeiros. Para reduzir os efeitos das distorções causadas pela inflação, as demonstrações eram submetidas à correção monetária. Com o crescente aumento dos índices inflacionários a correção monetária das demonstrações financeiras foi aperfeiçoada e resultou na aplicação de metodologia denominada de correção monetária integral.

Outra iniciativa importante do Ibracon foi a realização de reuniões da Diretoria Nacional nas sedes das seções Regionais. "Na ocasião, a sede da 1ª Regional foi transferida de Natal para Fortaleza", lembra De Luca. Ele recorda que o logotipo do Instituto, utilizado até recentemente, foi atualizado naquela época. E destaca a realização do 1º Congresso Brasileiro de Auditores Independentes, em agosto de 1993, com o suporte do CRC-SP. "O encontro reuniu a classe para discutir assuntos da profissão e atualizar os profissionais que desempenhavam outras funções, como contadores e consultores", conclui De Luca. ✓

# Brasil entra em uma nova era

40 ANOS

"Entendo o Ibracon como uma organização voltada para a área técnica. A nossa grande preocupação, como auditores, era desenvolver normas de auditoria no Brasil, muitas delas decorrentes das normas internacionais, adaptadas e customizadas de acordo com nossa realidade e legislação. Elas foram transformadas em pronunciamentos técnicos emitidos pelo Ibracon e depois referendados pelo CFC, que passou a ter uma integração significativa com o Instituto na área de desenvolvimento, publicação e divulgação de normas profissionais", conta Irineu De Mula, presidente da Diretoria Nacional do Ibracon na gestão de 1994 a 1996.

Para melhor situar a conjuntura política e econômica da época, o presidente relembra alguns fatos ocorridos no Brasil na década de 1990. "A transição do governo Fernando Collor de Mello para o de Itamar Franco foi importante, pois trouxe uma maior tranquilidade política", diz. "Com o Collor, havia sempre uma suspeita

de que algo de inusitado poderia acontecer. Não podemos nos esquecer do confisco dos ativos depositados nos bancos, logo após a sua posse. Esse clima de insegurança nacional, do ponto de vista financeiro, não era bom", analisa De Mula.

Ele conta que, aos poucos, o Brasil entrou em um momento de abertura e renovação. "Na década de 1970, os incentivos fiscais maquiaram a verdadeira situação econômica brasileira. A década de 1980 foi marcada por uma sucessão de planos econômicos fracassados. Nos anos 1990, após a era Collor, começamos a respirar melhor", lembra o ex-presidente.

"Na época, os profissionais de auditoria passaram a atender as empresas nacionais de forma mais intensa e não trabalhavam mais quase que exclusivamente para as multinacionais", explica Irineu De Mula. "O mercado de valores mobiliários já era forte e as empresas brasileiras estavam maiores, buscando empréstimos e capital lá fora. O papel

do auditor era dar mais credibilidade às demonstrações contábeis, sugerindo maior confiança para o mercado internacional", diz.

O ex-presidente recorda que, por conta da abertura econômica, as empresas nacionais passaram a recorrer mais ao mercado de capitais, com objetivo de sustentar a necessária expansão das suas atividades econômicas, o que elevou a importância dos profissionais da área de auditoria. "Nós, auditores, fomos muito procurados nessa época por empresários que iam buscar recursos no exterior e precisavam de demonstrações contábeis que fossem de boa qualidade e refletissem a realidade de suas empresas", lembra.

Internacionalmente, ele aponta o período como muito frutífero. Em 1995, o Ibracon e o CFC começaram a assessorar a missão permanente do governo brasileiro junto ao Grupo de Trabalho sobre Serviços Profissionais – Contabilidade, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Instituto também intensificou sua representação internacional, principalmente junto ao International Accounting Standards Board (Iasb) e ao International Federation of Accountants (Ifac). "Há que se destacar a importante eleição de Roberto Teixeira da Costa para o Conselho de Curadores do Iasb. Foi a primeira vez que um representante brasileiro participou desse conselho, o que era uma grande honra e o reconhecimento da pujança do País", explica Irineu De Mula. "O Roberto Teixeira da Costa representava não apenas o Brasil, mas toda a parte do mundo ao Sul da linha do Equador. Algo inédito até então", conta o ex-presidente.

O objetivo principal da estratégia do Ibracon era conseguir um maior número

## Fim da insegurança econômica impulsionou empresas nacionais a recorrer ao mercado de capitais e elevou a importância da auditoria

de profissionais que se transformassem em formadores de opinião. "Queríamos deixar de ser meros observadores para participar ativamente da produção de normas técnicas em âmbito internacional", afirma.

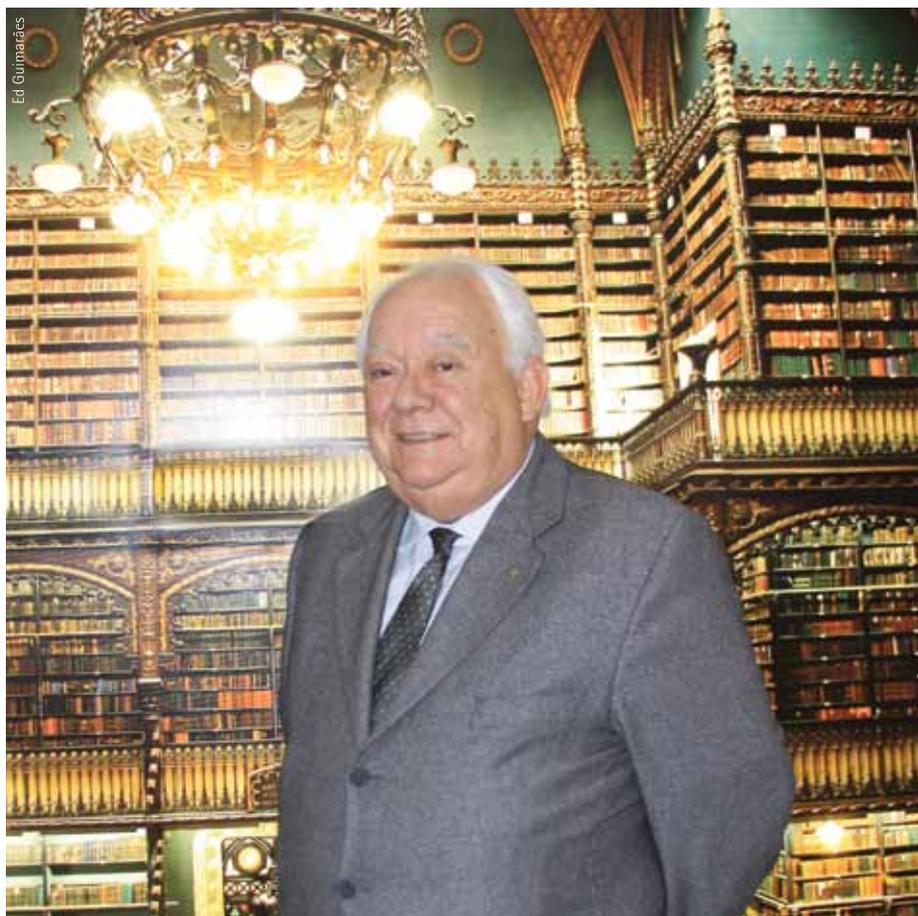
Em 1996, quando completava 25 anos de atividades, o Ibracon participou, por meio de sua Comissão de Ética, da elaboração da Resolução nº 803 do CFC, que aprovou o Código de Ética Profissional do Contabilista. Com 14 artigos, distribuídos em cinco capítulos, o Código delinea os direitos e deveres

dos contabilistas em suas relações profissionais com os pares e com seus clientes ou empregadores.

Também em 1996 surgiu uma nova regra que, até hoje, é alvo de controvérsias: o Conselho Monetário Nacional instituiu o rodízio das firmas de auditoria que prestavam serviços para instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Esse procedimento foi seguido pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Um dos maiores destaques da atuação do Ibracon, na gestão de Irineu de Mula, foi o primeiro grande investimento na tradução das normas internacionais de contabilidade. "Foi um trabalho colossal, que durou alguns anos", explica o ex-presidente. "Tínhamos a tradução das normas de auditoria, mas não a das normas de contabilidade. Começamos o processo que adentrou a gestão do presidente Fernando Carneiro da Motta (1996/1998), quando foram formalmente revisadas e publicadas em 1998", conta. Ele explica que, antes disso, as versões mais utilizadas no Brasil eram editadas nos idiomas inglês e espanhol.

O processo de tradução também auxiliou na formação de um consenso quanto aos objetivos do Ibracon e do CFC e na definição de que as duas entidades deveriam estar mais alinhadas às normas internacionais. Na época, isso não significava ainda uma obrigatoriedade. Mas gerou maior aproximação com os organismos regulatórios internacionais. ✓



Irineu De Mula, presidente na gestão 1994/1996

# Auditoria ganha maior destaque

40 ANOS

Implantadas a partir de dezembro de 1996, na esteira das privatizações realizadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, principalmente em seu primeiro governo (1995-2002), as agências reguladoras impuseram um novo patamar de qualidade na prestação de serviços públicos no Brasil. Essa evolução no mercado nacional significou maior transparência e ajudou a elevar ainda mais a relevância da auditoria no País.

“Com as agências reguladoras, o Ibracon passou, então, a desenvolver contatos políticos de alto nível. Passamos a atuar em outro patamar. Sempre fomos muito bem recebidos pelos presidentes das instituições”, relembra Fernando Carneiro da Motta, presidente da Diretoria Nacional na gestão 1996/1998. Segundo ele, ao fortalecer as articulações políticas o Instituto começou a colher melhores resultados. “O Ibracon vivia para dentro, como um caramujo. Resolvemos abrir o Instituto. E, em vez dos dois ou três comunicados

por ano, criamos um boletim mensal, no qual eram publicados artigos de interesse para os profissionais da área de auditoria e contabilidade”, conta Motta.

Já naquela época, o Ibracon se notabilizava pela defesa das pequenas e médias firmas de auditoria, que, na opinião do ex-presidente, têm muito a ganhar com o expressivo crescimento econômico do Brasil. Para ele, uma das lembranças mais marcantes do período foi o impacto causado no mercado nacional pela Lei nº 9249/95, de dezembro de 1995. Promulgada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, a lei acabou com a correção monetária.

“A correção penalizava as empresas pequenas, favorecendo apenas os bancos e as grandes companhias”, avalia Motta. “Como as empresas menores estavam endividadas, muitas vezes com empréstimos internacionais, seu patrimônio líquido era menor que o ativo imobilizado. Ou seja, as pequenas e médias pagavam mais imposto”, explica.

Fernando Carneiro da Motta resgata de sua memória duas importantes realizações do Ibracon. Uma foi o esforço de tradução para o português de dois livros sobre as normas internacionais de contabilidade e auditoria e a distribuição pioneira dessas publicações pelo Instituto. A outra foi a estabilidade financeira alcançada com a criação do Cadastro de Empresas. “A receita era da Diretoria Nacional que, com isso, conquistou certa tranquilidade operacional. Foi possível, inclusive, arcar, em regime de alternância com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com os gastos de viagens de seus representantes nas reuniões periódicas dos organismos internacionais”, explica o ex-presidente.

Outro fato relevante foi a reativação das Comissões Nacionais de Princípios Contábeis e de Auditoria. “Os trabalhos técnicos desenvolvidos por elas levaram à edição de comunicados da maior utilidade para os associados, abordando desde a eliminação da

correção monetária, a reavaliação do ativo e o imposto de renda até o *bug* do milênio", lembra Motta.

Ele destaca, ainda, a instituição e instalação da Comissão Especial de Ética do Ibracon, para exame de situações irregulares que merecessem reparos. "A inexistência dessa instância era inadmissível em um órgão de classe que representava uma profissão com exercício regulamentado", afirma o ex-presidente. Na mesma época, foi criada a Comissão Especial de Assuntos Internacionais (Ceai), que definia a participação do Ibracon em reuniões técnicas promovidas pelos organismos internacionais.

Um tema bastante caro ainda hoje ao Ibracon também mereceu atenção da gestão de Motta: a atualização e o desenvolvimento profissional dos associados. "O Instituto patrocinou palestras de conceituados conferencistas,

## Evolução do mercado nacional, privatizações e criação das agências reguladoras reforçam demanda por mais transparência

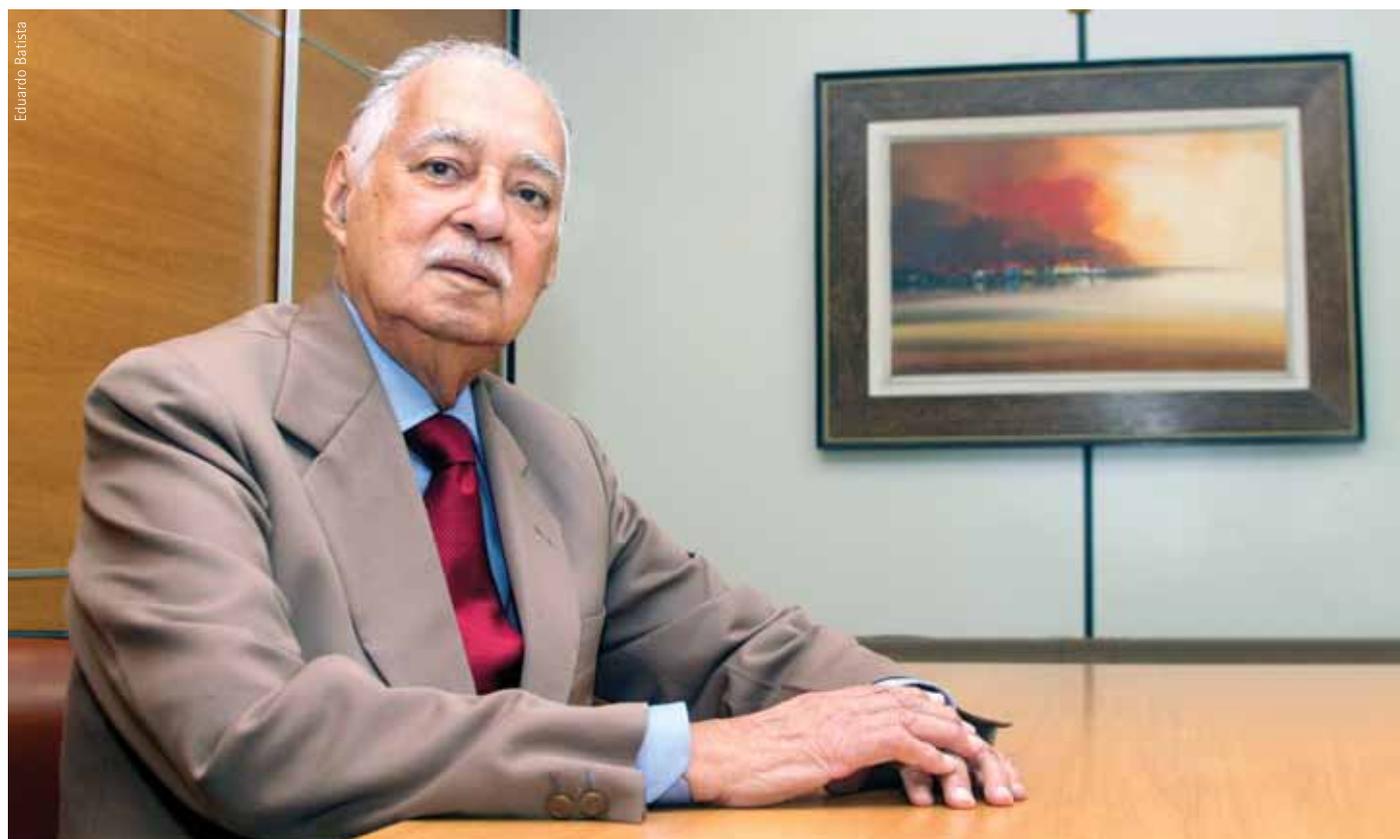
formadores de opinião, obtendo êxito nesses eventos. Estabeleceu-se também uma cooperação com a Federação Nacional dos Estudantes de Ciências Contábeis (Fenecic)", conta.

Ainda nesse período, o Ibracon continuou a participar, em conjunto com o CFC, do assessoramento à Missão Permanente do Governo do Brasil em Genebra, perante o Grupo de Trabalho sobre Serviços Profissionais – Contabilidade, da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Ele analisa que, com cerca de 516 mil profissionais registrados no CFC, o Brasil está atrás apenas dos Estados Unidos e da China em número de contadores.

"Somos provavelmente o terceiro país com mais contadores no mundo. Isso significa que o Brasil e o Ibracon não são simples satélites dos organismos internacionais. Assumimos cada vez mais o papel de protagonistas no cenário global", opina Motta.

Lembrando "com respeito e carinho" que foi o introdutor da atual presidente do Ibracon, Ana Maria Elorrieta, nos quadros diretivos do Instituto, Fernando Carneiro da Motta destaca a importância da participação dos jovens em todas as instâncias profissionais. Para ele, a melhor forma de renovar e fortalecer as instituições é por meio das novas gerações. ✓



Fernando Carneiro da Motta, presidente na gestão 1996/1998

# Campanha contra o rodízio

40 ANOS

**A**no de eleições presidenciais e um cenário macroeconômico de dificuldades no Brasil, por conta dos reflexos da crise asiática. Foi nessas condições que Ariovaldo Guello tomou posse como presidente da Diretoria Nacional do Ibracon em junho de 1998. Um ano depois, outra crise, desta vez na Rússia, ajudava a pôr fim à paridade entre o dólar e o real, estabelecida pelo Plano Real. Em meio a todas essas dificuldades, o Ibracon deu início a uma longa campanha contra o rodízio de firmas de auditoria instituído pela Instrução nº 308, de 14 de maio de 1999, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que só viria a entrar em vigor em 2004.

"O artigo 31 desta regulamentação determinava que, a exemplo do que já ocorria com as instituições financeiras, as companhias abertas também deveriam trocar as firmas de auditoria independente a cada cinco anos. A recontração do serviço só

poderia acontecer após um intervalo mínimo de três anos", relembra Guello. Mesmo antes da publicação da Instrução da CVM, a questão já havia começado a gerar polêmica. O Ibracon, contrário à obrigatoriedade do rodízio, encampou a tese de que o próprio mercado deveria autorregular-se e liderou os debates visando reverter a determinação.

Outra frente que demandou as atenções do Ibracon foi a modernização da Lei nº 6.404, a Lei das S/A, aprovada em dezembro de 1976. O Instituto queria acelerar o processo de alinhamento das normas nacionais de contabilidade aos padrões internacionais.

Ariovaldo Guello lembra que, entre 1998 e 2000, o Ibracon mantinha um fluxo constante de troca de informações com os países do Mercosul quanto às suas práticas contábeis. "Nós acompanhávamos de perto o que acontecia com as outras entidades ligadas aos contadores. Isso nos permitiu traçar um paralelo

sobre a contabilidade adotada aqui e a utilizada em países como Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai", resume Guello. "Estávamos bem à frente dos nossos vizinhos e já aplicávamos aqui o que havia de mais moderno lá fora", lembra o ex-presidente.

O Ibracon também acompanhou de perto o trabalho da CVM quando esta constituiu duas comissões consultivas para debater a convergência das normas de contabilidade. "Para os auditores, unificar os padrões contábeis dos balanços seria um facilitador para que tivéssemos um cenário mais fiel do que acontecia nas empresas", explica. Guello conta que uma comissão tinha caráter jurídico, para debater questões legais, enquanto a outra se debruçava sobre os aspectos técnicos da nova contabilidade. Hoje, esta última é considerada o embrião do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Em 2000, esse movimento pela convergência resultou no Projeto de Lei nº 3.741/2000, que viria a ser aprovado e convertido na Lei nº 11.638, de 28



Ariovaldo Guello, presidente na gestão 1998/2000

## Ibracon trabalha pela modernização da Lei das S/A e luta contra decisão da CVM de instituir rotação de firmas de auditoria

de dezembro de 2007, que revogou dispositivos da Lei das S/A visando estender às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração de demonstrações financeiras.

"O PL 3.741 ressaltava a necessidade de convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais. Seu principal objetivo era acelerar a harmonização das regras aos padrões emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB), por meio das International Financial Reporting

Standards (IFRS). Mas a aprovação da lei só viria no apagar das luzes de 2007. Foi uma discussão que durou quase dez anos", relembra o ex-presidente do Ibracon.

Outro evento que repercutiu na profissão, também do ano de 2000, foi a integração das Bolsas de Valores brasileiras, envolvendo as Bolsas de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas-Espírito Santo-Brasília, Santos, Bahia-Sergipe-Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Paraná e a Bolsa Regional. "A

negociação de ações ficou concentrada na Bolsa de Valores de São Paulo, a Bovespa, que se tornou a maior da América Latina, respondendo por cerca de 70% do volume de negócios da região", conta Guello.

Os profissionais de auditoria acompanharam de perto esse movimento. "Foi um momento importante, pois até então a Bovespa tinha pouco volume de negociações e quase nenhuma participação estrangeira. Com a consolidação das Bolsas, a Bovespa ganhou importância", recorda o ex-presidente do Ibracon. À medida que adquiria maior credibilidade, a Bovespa conseguiu atrair mais empresas interessadas em abrir capital e a fazer ofertas iniciais de ações em grandes volumes. "Na época, muitas companhias captaram recursos no mercado. Tudo era novo para o País", lembra o ex-presidente.

Frente à acelerada modernização, o Ibracon intensificou sua atuação enquanto agente de formação de profissionais, visando a colaborar na atualização de contadores e auditores. "Tem muito contador que só vai aprender a aplicar certos conceitos e normas depois de formado, fazendo cursos de especialização para validar sua licença profissional. Eles deveriam sair da faculdade com essas competências", argumenta.

O ex-presidente acredita que é papel do Ibracon ajudar a disseminar junto aos auditores independentes o que há de mais moderno no mundo nas áreas de auditoria e contabilidade. "Esse é um trabalho muito sério do Ibracon, que vem ganhando destaque ano a ano e só tende a crescer de importância", finaliza o ex-presidente Ariovaldo Guello. ✓

# O início da convergência

40 ANOS

**D**iretor de Assuntos Internos da gestão do presidente Márcio Martins Villas, de 2000 a 2002, José Luiz Ribeiro de Carvalho acredita que os fatos de maior impacto naquele biênio foram os escândalos internacionais envolvendo fraudes de contabilidade em grandes empresas e o debate envolvendo a adoção das normas internacionais.

"Além do 11 de setembro de 2001, o caso Enron, que também aconteceu na nossa gestão, causou uma grande convulsão no mundo dos negócios", afirma Carvalho. Para ele, a divulgação das fraudes contábeis identificadas nas empresas WordCom, Enron e Parmalat, por exemplo, criou um grande desconforto. "A linguagem contábil não se resume a uma simples enunciação lógica, nem à mera estruturação. Ela constitui uma expressividade não apenas translúcida, é grande formadora de opinião e sustentáculo para a tomada de decisão, tornando os profissionais contábeis responsáveis pelas



Márcio Martins Villas, presidente na gestão 2000/2002

informações prestadas", acrescenta Carvalho.

O fato é que, mesmo tendo ocorrido nos Estados Unidos, o caso Enron teve reflexos no Brasil. "Lembro que à época discutimos o assunto no Ibracon, principalmente porque a imagem do auditor havia sido atingida. A profissão ficou muito na berlinda", conta.

No cenário nacional, Carvalho ressalta o início da discussão acerca da adoção das normas internacionais pelo Brasil. O Projeto de Lei nº 3.741, que tratava da convergência

dos padrões contábeis brasileiros às normas internacionais, entre outros assuntos de importância para a profissão, é do ano 2000. "Esse debate teve início durante a nossa gestão e considero uma honra ter participado dele desde o princípio", explica o diretor, que enfatiza o papel do presidente Villas no debate.

"Ele era uma pessoa extremamente competente, muito carismático e agregador. O Villas sabia como reunir em torno de um mesmo projeto pessoas com opiniões totalmente diferentes", elogia Carvalho.

Para José Luiz Ribeiro de Carvalho, esse perfil de liderança foi crucial quando da alteração do nome do Instituto – outro ponto alto da Diretoria Nacional da época. Em 2001, o Instituto passou a adotar a denominação atual: Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. No mesmo ano, publicou a tradução do livro *Normas Internacionais de Contabilidade*, do International Accounting Standards Board (IASB).



José Luiz Ribeiro de Carvalho, diretor de Assuntos Internacionais na gestão 2000/2002

## **Ibracon publica a tradução do livro *Normas Internacionais de Contabilidade, do International Accounting Standards Board (Iasb)*, e começa o debate sobre a padronização global**

"O nome anterior (Ibracon – Instituto Brasileiro dos Contadores) surgiu em 1982 de uma iniciativa para ampliar o quadro associativo e estimular a participação de contadores de várias áreas, e não apenas de auditoria. A marca Ibracon se tornou tão forte que foi mantida quando da decisão pela atual denominação Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil", recorda

Carvalho. Ele conta que a mudança foi aprovada em 2001, quando Márcio Martins Villas viu aprovada em assembleia sua ideia de voltar a acentuar o fato de a entidade congregar auditores.

Para ele, o século XXI trouxe um ótimo panorama para o mercado de trabalho do auditor independente. "Há novos caminhos e exigências tanto na área ambiental quanto

na administração hospitalar e de organizações não governamentais, entre outros. O crescente mercado de capitais e a globalização também são fatores determinantes para o futuro, já que a prática da auditoria está diretamente relacionada ao grau de maturidade desse mercado e da própria transparência e nível ético do País", explica Carvalho.

Esse cenário permitiu uma grande evolução na governança. "Enquanto nossos vizinhos vêm tendo diversos percalços, o Brasil mantém as conquistas do Plano Real. Os problemas políticos, quando ocorrem, são debatidos abertamente, o que comprova que conseguimos criar um bom alicerce democrático. E a prática da auditoria está muito ligada a esse nível de comportamento ético, de transparência, de estabilidade, de governança. O auditor trabalha com informações de interesse público. À medida que avançamos nesses predicados, nesses fundamentos, a profissão também cresce", garante José Luiz Ribeiro de Carvalho.

Em sua opinião, todos ganham com a transparência, a economia do País, as companhias e a sociedade em geral. "A transparência beneficia o sistema de análise das informações apresentadas pelas empresas. O que permite avaliar cada vez melhor sua performance, sua posição patrimonial, o que ajuda a reduzir o risco de crédito. É uma cadeia que chega ao próprio consumidor, porque barateia o custo do empréstimo", conclui Carvalho, lembrando que a transparência nas demonstrações financeiras das companhias ajuda também a expor o quanto elas recolhem em impostos. É uma prestação de contas para a sociedade. ✓

# Turbulência global

40 ANOS

O período de 2002 a 2004 foi de intensa atividade para o Ibracon. O mercado global havia sido sacudido pelas fraudes contábeis em empresas do porte da Enron e da WorldCom, gigantes do setor de energia e comunicações dos Estados Unidos, e da Parmalat, multinacional italiana do segmento alimentício. No Brasil, o ambiente era de expectativa pela transição da Presidência da República de Fernando Henrique Cardoso para Luiz Inácio Lula da Silva.

“Nós assumimos no rastro da crise de credibilidade. Os problemas enfrentados pela profissão colocavam em risco as estruturas da categoria. Nossos valores de competência técnica, ética, integridade, independência, objetividade e imparcialidade, construídos ao longo de décadas, estavam sendo questionados pelos reguladores, investidores e o público em geral”, recorda Guy Almeida Andrade, presidente do Ibracon de 2002 a 2004.

Na esteira da turbulência global, o governo dos EUA decidiu intervir no mercado de valores mobiliários. E respondeu aos escândalos corporativos promulgando a Lei Sarbanes-Oxley (SOX). “Ela influenciou não apenas a auditoria norte-americana como também a brasileira. Como a Bolsa de Valores de Nova York é a maior do mundo e várias das nossas empresas tinham papéis lá, os auditores brasileiros foram obrigados a se adaptar também àquelas regras, o que trouxe mais transparência e modernidade aos processos”, acredita.

No cenário nacional, ele relembra que a transição política não impactou o setor. “Antes da posse, o novo governo já sinalizara que não haveria mudanças na política econômica e que o Banco Central continuaria a ser administrado de forma independente”, conta, destacando também o bom relacionamento do Instituto com o presidente da CVM, o advogado Luiz Leonardo Cantidiano, e com o seu sucessor, o também advogado Marcelo Trindade.

O grande desafio do Ibracon no período foi a adequação do setor ao rodízio de firmas de auditoria, instituído pela Instrução nº 308, da CVM, cujo artigo 31 estabelece que o auditor independente “não pode prestar serviços para um mesmo cliente por prazo superior a cinco anos consecutivos, contados a partir da data desta instrução, exigindo-se um intervalo mínimo de três anos para a sua recontração”.

“O rodízio é até hoje um tema polêmico. Além de partir de uma premissa falsa, ele afeta a relação comercial e profissional entre auditores e clientes, bem como a estrutura do mercado de auditoria. “Desde o princípio, o Ibracon foi contra o mecanismo. Tentamos mostrar à CVM que o rodízio não era a melhor alternativa para assegurar a independência do auditor, não diminuía os riscos de erros contábeis e fraudes nas demonstrações contábeis e que outras medidas poderiam ser mais eficazes para atender esse objetivo”, lembra.



Guy Almeida Andrade, presidente na gestão 2002/2004

## Escândalos dão origem à Lei Sarbanes-Oxley, promulgada para restaurar a credibilidade do mercado de capitais

uma maior participação em organismos internacionais. "Fui membro do *board* da International Federation of Accountants (Ifac), de 2000 a 2006. Francisco Papellás integrava o então Comitê de Normas Éticas da Ifac (hoje International Ethics Standards Board for Accountants). Ana María Elorrieta participava do Comitê de Normas Internacionais de Auditoria (hoje International Auditing and Assurance Standards Board). Ricardo Julio Rodil atuava no Small and Medium Practices Committee. Os assuntos mais importantes discutidos nesses fóruns eram trazidos para o Ibracon. Nossa intenção, bem-sucedida, era participar mais ativamente do cenário internacional, contribuindo com a inteligência dos talentos brasileiros", acrescenta.

Internamente, no entanto, era chegada a hora de algumas mudanças. "Ao final do meu mandato, concluímos que o Instituto tinha de ser repensado. Nós queríamos um Ibracon para todos. A entidade tinha muito prestígio, mas atraía poucos associados. Reunimos ex-presidentes, colaboradores e presidentes das mais ativas firmas de auditoria associadas. Decidimos realizar um estudo, que culminou nas mudanças estatutárias que viriam a ser implantadas. Esse foi o embrião para que o Ibracon repensasse sua atuação e tentasse um caminho diferente", conclui Guy Andrade. ✓

O artigo 23 da instrução também causou incômodos. Ele veda "ao auditor independente e às pessoas físicas e jurídicas a ele ligadas, conforme definido nas normas de independência do CFC, em relação às entidades cujo serviço de auditoria contábil esteja a seu cargo, assessoria à reestruturação organizacional (...) e qualquer outro produto ou serviço que influencie ou que possa vir a influenciar as decisões tomadas pela administração da instituição auditada".

"Esses serviços sempre foram muito comuns e achamos que a regra estava mal colocada. Ainda que certos serviços possam pôr em risco a independência e objetividade do auditor, outros estão muito longe disso e alguns até contribuem para aumentar o conhecimento do auditor sobre o cliente", comenta Guy Andrade.

Ele também destaca como um fato importante do período a edição da Resolução nº 3.081, do Banco Central, regulamentando a prestação de serviços de auditoria independente para as instituições financeiras. "A resolução foi antecedida por um processo transparente de audiência pública. O mercado pôde opinar e o Ibracon fez uma série de sugestões, muitas delas aceitas e incorporadas", recorda Guy Andrade.

O ex-presidente conta que também na sua gestão, em conjunto com o CFC, o Ibracon deu andamento aos projetos demandados pela Instrução 308 da CVM, com a implantação dos Programas de Educação Profissional Continuada e de Revisão Externa de firmas de auditoria e com o Exame de Qualificação Profissional.

O período foi marcado, ainda, por

# Estabilidade e crescimento

40 ANOS

**E**m 2004, o Brasil entrava em uma fase de maior confiança, com estabilidade política, controle da inflação e retomada do crescimento econômico. Naquele ano, o País vivia seu melhor momento da nova década, o que estimulou iniciativas de modernização dentro do Ibracon e na profissão.

Ao mesmo tempo em que repensava sua estrutura interna, sob a presidência de Edison Arisa Pereira (2004-2006), o Ibracon participava ativamente do debate sobre a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade. A abertura da economia brasileira ao exterior colocou o País em contato mais intenso com empresas de economias desenvolvidas, listadas nas maiores Bolsas de Valores do mundo, o que elevou a necessidade de harmonização das normas contábeis com o padrão internacional.

Desde o primeiro ano de sua gestão, Arisa representou o Ibracon na Comissão Consultiva formada pela CVM, que se dedicava a formular

propostas para a modernização das questões contábeis. Elas eram publicadas pelo Instituto, por meio das Normas e Procedimentos de Contabilidade (NPCs), em escala cada vez maior visando a harmonizar a contabilidade brasileira aos padrões adotados no mercado global. "A intenção era acelerar o processo de convergência das práticas contábeis nacionais com as internacionais. Isso ajudou a fortalecer o debate, que estava em curso, sobre a necessidade de modernizar a Lei das S/A, de 1976", conta Arisa.

Em 2005, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução CFC nº 1.055/05, criou o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que aglutinava as entidades representativas de diversos segmentos – contadores, auditores, professores, profissionais de investimento, reguladores – que já vinham trabalhando no processo de convergência internacional, de modo a somar esforços, sistematizar e unificar

as normatizações contábeis.

"O CFC é a entidade responsável pela fiscalização e registro dos contadores de todo o País, por esse motivo fazia todo o sentido que o CPC fosse criado no âmbito do CFC. O Ibracon continuou a participar da produção das normas contábeis como importante colaborador, mas passou a centrar seus esforços nas questões específicas de auditoria, seu foco prioritário", explica Arisa. As práticas contábeis passaram a ser emitidas pelo CPC, na forma de pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações, sendo aprovadas pelo CFC para adoção pelas empresas em geral e pela CVM e outros reguladores para as companhias abertas. Nesse novo contexto, o Ibracon passou a direcionar seu foco de atuação para um trabalho mais profundo de valorização da profissão de auditor independente. "Somos uma entidade de auditores e, embora a contabilidade esteja intrinsecamente ligada a esta questão, podemos deixar que outras entidades a tenham como



Edison Arisa Pereira, presidente na gestão 2004/2006

principal preocupação para alinharmos os esforços em estabelecer melhorias nas práticas de auditoria", diz Arisa.

Internamente, também era chegado o momento de uma revisão do ponto de vista institucional. "Sentimos necessidade de uma gestão profissionalizada e passamos a investir em uma mudança bastante expressiva. Teve início, ali, um processo de reposicionamento estratégico do Ibracon", conta o ex-presidente. Ele lembra que houve um amplo processo de entrevistas e pesquisas, buscando consenso para as transformações. Entre as mudanças decisivas para o futuro do Ibracon estava a ideia de implantar um Conselho de Administração para debater as questões de governança e definir os rumos estratégicos e a agenda de ações do Ibracon.

Outras transformações envolveram a adoção do mandato trienal e não mais bienal. A mudança facilitaria a gestão da entidade. "O mandato de apenas

## **Controle da inflação estimula a confiança do mercado e a retomada do desenvolvimento. No Ibracon, tem início o debate sobre a reestruturação interna**

dois anos era insuficiente para uma atuação estratégica eficiente", justifica Arisa. O Instituto também debateu a necessidade de profissionalização de sua gestão. "Os integrantes das Diretorias são profissionais que atuam em caráter voluntário, sem remuneração. A mudança de gestores a cada dois anos quebrava o ritmo e a continuidade dos procedimentos internos", explica Arisa. Decidiu-se, então, que o Ibracon deveria contratar executivo de carreira, remunerado, para ser o gestor das atividades internas e formar uma equipe mais robusta para a entidade. "Com um profissional capacitado e competente, as questões de administração e a eficiência nas

atividades desenvolvidas pela entidade não mais seriam interrompidas, deixando o presidente da Diretoria Nacional livre para se ater a questões mais dinâmicas em detrimento das burocráticas e organizacionais", recorda.

Os debates sobre o reposicionamento estratégico do Instituto envolveram, ainda, a necessidade de uma nova abordagem do ponto de vista de comunicação interna e externa e de preservação da memória da instituição. "Decidimos que era importante ter uma assessoria de imprensa eficiente e criar um departamento de comunicação. Profissionalizar o Ibracon foi um passo muito importante", finaliza o ex-presidente. ✓

# Esforço recompensado

40 ANOS

Uma série de acontecimentos relevantes marcou a Diretoria Nacional do Ibracon no biênio 2006/2008, que teve Francisco Papellás Filho como presidente. O fato de maior impacto na rotina dos profissionais de contabilidade e de auditoria foi a Lei nº 11.638, de dezembro de 2007. Conhecida como Nova Lei das S/A, ela definiu a convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards, IFRS), do International Accounting Standards Board (IASB).

"Naquele momento, o Brasil optou por aderir não apenas às IFRS como também às normas internacionais de auditoria (International Standards on Auditing – ISA)", lembra Ricardo Julio Rodil, diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon naquela gestão. "Tivemos de correr para aprender e adaptar os princípios das IFRS à contabilidade brasileira. Mas valeu a pena: fizemos a

## Convergência aos padrões internacionais de auditoria e contabilidade foi trabalhosa, mas ajudou a elevar a atratividade do Brasil para investimentos estrangeiros



Francisco Papellás Filho, presidente na gestão 2006/2008

transição de forma mais rápida do que outros países vizinhos, como o Chile e a Argentina, cujo processo de convergência deve prosseguir até 2013. Olhando em retrospecto, a decisão brasileira foi positiva", avalia. Voluntário do Ibracon desde

1997, Rodil lembra que a estrutura do Instituto ainda não era profissionalizada, mas os desafios eram expressivos. "Saímos da Barão de Itapetininga para ter mais espaço físico, não só para reuniões como, principalmente, para ampliar a área de cursos. Emitida em 1999 pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Instrução nº 308 foi implantada, oficialmente, em 2003 pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Ela instituiu o programa de educação continuada para auditores independentes, exigindo do Ibracon a oferta de cursos para atender à instrução. Na nossa gestão, intensificamos muito as aulas e os cursos de formação", esclarece o ex-diretor.



Ricardo Julio Rodil, diretor de Desenvolvimento Profissional no biênio 2006/2008

Ele recorda de outro momento marcante, quando, em 1996, o Conselho Monetário Nacional (CMN) adotou o rodízio das firmas de auditoria que prestavam serviços às instituições financeiras. O procedimento foi, em seguida, copiado pela CVM e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep). "Na nossa gestão foi divulgado um estudo da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ)", conta Rodil. Encomendado pela CVM, o estudo comparava a qualidade das demonstrações financeiras das empresas antes e depois da adoção do rodízio. E concluía que a rotação havia sido positiva.

"Acreditávamos que o estudo não abordava todos os aspectos necessários. Por isso, o Ibracon, a Associação Brasileira das Empresas de Capital Aberto (Abrasca) e outras entidades encomendaram um novo trabalho, mais amplo, à Fundação

Getúlio Vargas (FGV)", lembra Rodil. Esta, por sua vez, concluiu que a comparação das demonstrações financeiras auditadas antes e depois da mudança de firma de auditoria não detectava provas conclusivas de que o rodízio contribuía para elevar a qualidade dos balanços. "Creio que esse foi um dos pontos mais notáveis da gestão, pois era um assunto delicado e que nos tomou muito tempo", explica Rodil.

Igualmente importante foi a oficialização do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em agosto de 2006, como ente responsável pelos estudos e divulgação dos pronunciamentos dos órgãos reguladores. "A ideia era centralizar no CPC o debate sobre as normas contábeis", diz.

Rodil também recorda que, em 2008, quando teve início a convergência às IFRS, apenas 14 das cerca de 40 normas internacionais haviam sido traduzidas. Em 2009, o Ibracon foi definido pelo *International Accounting Standards Committee Foundation (IASCF)* como o tradutor oficial das IFRS para a língua portuguesa no Brasil, com o compromisso de editar as versões todos os anos. O livro, composto de dois volumes, relativo à edição original em inglês, foi publicado pelo Ibracon em setembro de 2009. "Este evento abreviou o tempo para conhecimento das normas internacionais pelos profissionais de

contabilidade no Brasil", conta Rodil.

Com relação às normas de auditoria, ele explica que as firmas de maior porte já adotavam em grande medida uma metodologia atrelada ao padrão internacional. E, por isso, levam vantagem de cerca de cinco anos em relação às firmas de pequeno e médio portes. "Para essas, o esforço é muito maior, pois contam com menos recursos financeiros para formação de profissionais, mudança de metodologias, etc", afirma.

De qualquer forma, a adoção de padrões internacionais de contabilidade e de auditoria, somada à estabilidade política e econômica do Brasil, elevou a atratividade do País aos olhos dos investidores estrangeiros. "As grandes multinacionais sempre se interessaram em investir aqui. Agora, nos tornamos um destino mais atraente também para as empresas médias e familiares, o que estimula os negócios das firmas de auditoria de menor porte também", garante.

A propósito do *boom* de IPO's (Oferta Pública Inicial) ocorrido no mercado acionário doméstico em 2007, Rodil avalia que o empresário brasileiro começa a mudar sua postura. "Ainda há a cultura de financiamento apenas junto aos bancos, ao contrário do que ocorre nos Estados Unidos, onde as empresas não hesitam em se capitalizar lançando ações na Bolsa de Valores. Isso começou a mudar no Brasil em 2007, notadamente no setor de construção civil. Acredito que quem optou por abrir o capital naquela época já estava maduro cultural e financeiramente", acrescenta Rodil.

Para ele, apesar do impacto negativo da crise global de 2008, esse é um caminho sem volta. O mercado se torna cada dia mais promissor. ✓

# Governança em foco

40 ANOS

**A**companhando o ritmo de desenvolvimento do Brasil e o reposicionamento do País no contexto internacional – que estimula a movimentação de capitais, as operações em Bolsa de Valores e expande o mercado de auditoria –, o Ibracon encerrou a primeira década do século XXI colocando em prática uma série de mudanças na sua governança, com foco no futuro e na modernização do Instituto.

A atual gestão, de Ana María Elorrieta, inaugurou essa nova fase do Ibracon, que já vinha sendo preparada nas administrações anteriores. Ela foi a primeira presidente a tomar posse em janeiro e será a primeira a ficar no cargo por um período de três anos. Mas a mais importante mudança no estatuto do Instituto que entrou em vigor em 2009 foi a criação do Conselho de Administração. "Trata-se de um divisor de águas", avalia a presidente da Diretoria Nacional.

"As questões profissionais tendem

a ficar cada vez mais relevantes e, nesse contexto, a existência de um Conselho de Administração propicia uma legitimidade ainda maior para as decisões do Ibracon", argumenta. "Essa legitimidade faz com que as ações do Instituto tenham ainda mais credibilidade", continua.

Formado por conselheiros eleitos e pelos presidentes da Diretoria Nacional e das Regionais do Ibracon, o Conselho de Administração deve, de acordo com o novo estatuto, realizar reuniões trimestrais. Entretanto, na prática, o Conselho de Administração tem-se reunido a cada dois meses, para discutir questões estratégicas. "Com a existência do Conselho, os contatos do Ibracon com o Banco Central (BC), com a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) tornaram-se ainda mais produtivos e melhor fundamentados", assegura Ana María Elorrieta.

Tendo em vista a importância das questões de governança, o

Ibracon iniciou um processo de profissionalização de parte de seus quadros. Foi contratado um gestor profissional para administrar a entidade já antes desta administração, o que trouxe maior organização para que os membros técnicos do Instituto pudessem discutir com maior dedicação os assuntos atinentes à atuação de auditores independentes. "Valorizar a classe é um dos principais objetivos do Ibracon", afirma a presidente.

Como parte desse processo de reposicionamento estratégico, o Instituto também renovou sua identidade visual – em abril deste ano foi lançada uma nova logomarca, mais moderna, porém sem perder a sobriedade que caracteriza a instituição e a classe. A renovação do Ibracon também contempla um novo portal na internet, com linguagem mais acessível e organizada, facilitando não apenas o acesso de associados, mas de interessados em geral. "O portal vai oferecer



Ana Maria Elorrieta, presidente na gestão 2009/2011

recursos do American Institute of Certified Public Accountants (AICPA), inaugurando uma parceria inédita do Ibracon com a associação norte-americana de contadores", explica a presidente do Ibracon.

Outra ferramenta para fortalecer os laços com a comunidade é a revista *Transparência Ibracon*, cuja primeira edição foi lançada em abril. "Antes, nossas publicações eram bem isoladas e de natureza técnica. Agora, passamos a olhar de forma mais abrangente para as questões do mercado, incluindo temas de nossa atividade", diz Ana Maria Elorrieta. Para ela, a revista *Transparência Ibracon* dialoga mais proximamente com o leitor e se tornou um canal de informações para tratar de assuntos estratégicos do universo da contabilidade e da auditoria. "Com a revista, o Instituto abre espaço para comentar alguns setores, falar sobre normas contábeis e assuntos que consideramos relevantes", analisa Ana Maria Elorrieta.

O Ibracon também quer maior

aproximação com a área acadêmica e com os estudantes. "Estreitar nosso relacionamento com os acadêmicos é uma prioridade. Queremos nos tornar mais acessíveis aos professores, estudiosos e pesquisadores das áreas afetas à nossa profissão e gostaríamos de entender melhor a atuação deles. Para o Ibracon esta troca só tende a acrescentar para ambos os lados", argumenta a presidente.

## Conselho de Administração confere mais credibilidade e legitimidade às ações do Ibracon

Ela lembra que outro segmento muito importante para o Ibracon são as firmas de auditoria de pequeno e médio portes. Ana Maria Elorrieta acredita que essas firmas estão em um momento que concentra grandes oportunidades e uma série de desafios, em parte devidos às mudanças de regulamentação

e à convergência aos padrões internacionais de auditoria e de contabilidade. Para debater e encaminhar as questões relativas a esse segmento do mercado o Ibracon criou, em 2009, o Grupo de Trabalho de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP).

"É um grande engano imaginar que o mercado de auditoria é só para os grandes *players*. O Ibracon acredita e

defende que o mercado de auditoria não pode ficar concentrado em meia dúzia de grandes companhias. Há mercado para todos. É preciso mostrar isso", avalia Ana Maria Elorrieta.

Para ela, o objetivo final do Ibracon é fortalecer a profissão de auditor e sua contribuição ao mercado e à comunidade. ✓

# Perenidade e relevância

40 ANOS

**M**aturidade, com renovação. Essa é a melhor definição para o atual estágio do Ibracon. Aos 40 anos, o Instituto encontra-se em um processo de intensa modernização com fortalecimento institucional. Um dos pilares do reposicionamento do Ibracon é o Conselho de Administração, criado para dinamizar as ações estratégicas da entidade.

A alteração permitiu implantar um novo modelo de governança, segundo o qual a Diretoria Nacional se responsabiliza pelo desenvolvimento das atividades operacionais, enquanto os conselheiros formulam a linha estratégica, a partir da análise dos cenários e das expectativas do setor. Instituído em janeiro de 2009, e atualmente em sua primeira composição, o Conselho é presidido interinamente por Guy Almeida Andrade.

Essa renovação do Ibracon está intimamente ligada à evolução que se verifica também no posicionamento

do Brasil frente ao mundo, fortalecido pelo desenvolvimento econômico. “Em 2010, crescemos 7,5% e batemos recorde de ingresso de investimentos estrangeiros diretos: US\$ 48,46 bilhões, 86,8% mais que o registrado em 2009”, comenta Guy Andrade.

Ele lembra que o Ibracon sempre foi reconhecido pela sua excelência técnica e qualidade. “Os profissionais que se dedicam à Diretoria e às comissões o fazem de forma voluntária. Essa participação é restrita, uma vez que cada um dedica apenas uma parcela do seu tempo. Por isso, além de criar o Conselho de Administração, também decidimos profissionalizar a gestão do Instituto, o que vem sendo feito gradativamente. A ideia é, com o tempo e o crescimento do Ibracon, contratar diretores remunerados”, explica Guy Andrade.

Ele destaca, ainda, o papel das firmas de auditoria nesse processo. “Os presidentes de algumas das principais firmas de auditoria

do Brasil estão no Conselho de Administração. Até então eles não participavam ativamente do Instituto. Hoje, esses profissionais, que têm um viés político forte, ajudam a levar o trabalho adiante”, completa Guy Andrade.

Ele explica que o Conselho é formado pelo presidente da Diretoria Nacional, por sete conselheiros natos – que são os presidentes das Seções Regionais – e por nove membros eleitos em assembleia nacional. “Como conselheiros, nossa função é definir estratégias de longo prazo, assim como os valores, a missão e a visão do Ibracon. Ou seja: onde queremos chegar e com quais ferramentas”, sintetiza. Para Guy Andrade, “o grande mérito do atual Conselho foi criar as bases, o arcabouço para os próximos”.

Segundo o presidente, o reposicionamento e fortalecimento do Ibracon repercute positivamente em todo o setor, beneficiando a profissão, os profissionais e as firmas de auditoria independente. “A auditoria

vive de credibilidade. O número de firmas do setor registradas na CVM é de aproximadamente 400. Somadas as que não têm tal registro, estimamos que o total de empresas de auditoria pode chegar a 800 no Brasil", comenta. Segundo ele, há um grande desnível de conhecimento em muitas destas firmas. "Um dos objetivos do Ibracon é ajudar a melhorar a prática de auditoria das firmas de pequeno e médio portes", acrescenta.

Ele ressalta que, graças a essa modernização administrativa e institucional, o Ibracon chega aos 40 anos preparado para participar ainda mais ativamente do desenvolvimento do País, por meio da prestação de serviços às empresas, que são os verdadeiros motores do crescimento econômico. Guy Andrade exemplifica comentando a recente adoção pelo Brasil das normas internacionais de auditoria (International Standards on Auditing - ISA) e de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS). Para ele, a adesão

## Conselho de Administração permite que o Ibracon preserve sua capacidade técnica e intelectual sem descuidar do planejamento estratégico do futuro

aos dois padrões internacionais representou um expressivo avanço para o País, mas ainda há muito por fazer. "É um desafio encorajador prosseguir trabalhando para disseminar as novas normas em todo o País", afirma, referindo-se à responsabilidade das firmas em treinar profissionais.

Segundo ele, a convergência igualou a prática de auditoria ao padrão das principais economias do mundo, o que facilita ainda mais o acesso ao mercado de capitais brasileiro. "O fortalecimento desse mercado também reforça as firmas de auditoria, que terão mais oportunidades de trabalho. E a prática unificada reforça a qualidade da auditoria no Brasil", completa Guy Andrade. Ele recorre a fatos históricos para destacar a relevância da participação do Ibracon – tanto por parte do Conselho de Administração

quanto da Diretoria Nacional – no processo de convergência do Brasil às normas internacionais.

"Entre 1977 e 1979, vários países quebraram. Primeiro o México, depois a Coréia, o Japão e a Rússia. No Japão, por exemplo, a crise levou grandes seguradoras e bancos à falência. Os investidores, na Inglaterra, nos Estados Unidos, não entendiam o que havia acontecido, afinal o balanço das empresas estava bom. O problema é que esses balanços eram feitos pelas normas japonesas de contabilidade – que não requeriam certas provisões – e auditados também conforme as normas japonesas de auditoria. Naquele momento o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outras entidades, entenderam que a contabilidade no mundo não conversava. Nós sabíamos disso há muitos anos, pois o International Accounting Standards Board (Iasb) e a International Federation of Accountants (Ifac) já existiam e trabalhavam visando a harmonização internacional, mas os reguladores não sabiam", finaliza Guy Andrade.

A conclusão é uma só: a globalização, que eleva o grau de interdependência das economias, exige instituições fortes e focadas, com capacidade intelectual e técnica para se posicionar como um farol no presente, sem descuidar do planejamento estratégico do futuro. Esta é a nova conformação do Ibracon que, ao dividir responsabilidades e estabelecer papéis claros para a Diretoria Nacional e para o Conselho de Administração, assegura sua perenidade e relevância. ✓



Guy Almeida Andrade, presidente do Conselho de Administração do Ibracon





## Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores  
Independentes do Brasil**  
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar  
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP  
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223  
[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

## Seções Regionais

### 1ª Seção

Rua Tristão Gonçalves, 827  
60015-000, Fortaleza, CE  
Fone/fax: (85) 3065-1099  
[ibraconprimeira@yahoo.com.br](mailto:ibraconprimeira@yahoo.com.br)

### 2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405  
51111-030, Recife, PE  
Fone: (81) 3327-1174/ (81) 3327-1175  
[ibraconsegunda@smartsat.com.br](mailto:ibraconsegunda@smartsat.com.br)

### 3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504  
20051-040, Rio de Janeiro, RJ  
Fone/Fax: (21) 2233-5833,  
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357  
[ibraconterceira@ibraconterceira.com.br](mailto:ibraconterceira@ibraconterceira.com.br)  
[www.ibraconterceira.com.br](http://www.ibraconterceira.com.br)

### 4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105  
30170-081, Belo Horizonte, MG  
Fone: (31) 3275-3070  
[ibraconquarta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquarta@ibracon.com.br)

### 5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,  
8º e 9º andares  
01323-001, São Paulo, SP  
Fone: (11) 3372-1223  
[ibraconquinta@ibracon.com.br](mailto:ibraconquinta@ibracon.com.br)  
[www.ibracon.com.br](http://www.ibracon.com.br)

### 6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402  
90020-004, Porto Alegre, RS  
Fone: (51) 3228-3140  
[ibraconsexta@ibraconsexta.com.br](mailto:ibraconsexta@ibraconsexta.com.br)  
[www.ibraconsexta.com.br](http://www.ibraconsexta.com.br)

### 9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91  
Ed. Prado Empresarial, sl. 607  
40279-120, Salvador, BA  
Fone: (71) 3353-2126  
[ibraconnona@ibracon.com.br](mailto:ibraconnona@ibracon.com.br)